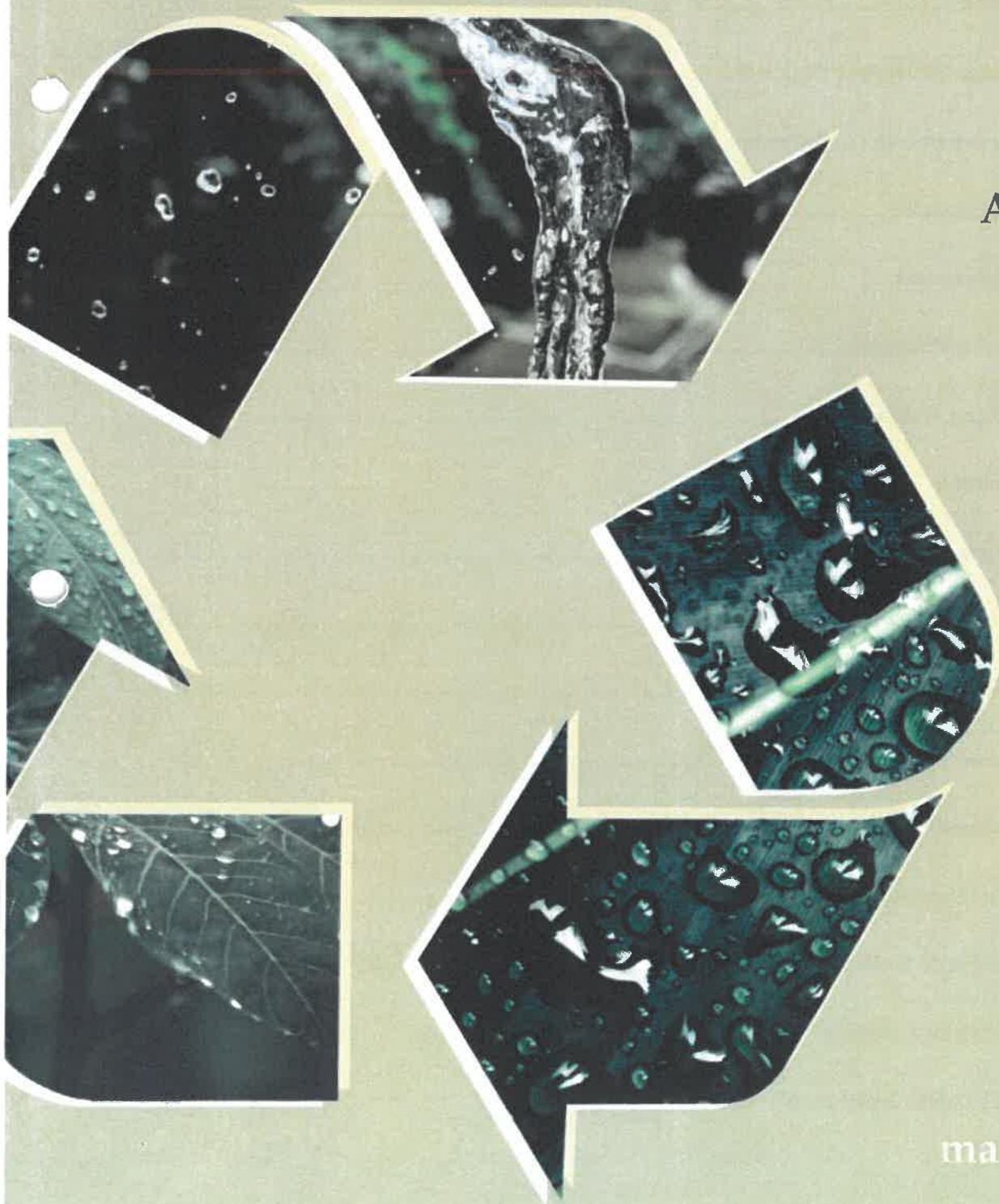




Relatório de Contas

Anual 2020



março 2021



ÍNDICE

I. Relatório de Gestão.....	3
1.1 Apreciação pelo Conselho de Administração	3
1.2 A Empresa.....	6
1.2.1 Enquadramento Jurídico	6
1.2.2 Missão	7
1.2.3 Responsabilidades e Objetivos.....	8
1.2.4 Enquadramento regulamentar.....	9
1.2.5 Órgãos Sociais	10
1.2.6 Organograma.....	11
1.2.7 Recursos Humanos.....	12
1.3 Principais Atividades.....	15
1.3.1 Contratos.....	15
1.3.2 Volume de Água Faturado.....	15
1.3.3 Serviços.....	16
1.3.4 Serviços Auxiliares.....	19
1.3.5 Adesão à Fatura Eletrónica	20
1.3.6 Reclamações.....	20
1.3.7 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	22
1.3.8 Recolha de Resíduos Urbanos	31
1.4 Fiscalização e Serviços	34



1.4.1 Serviços.....	34
1.4.2 Fiscalização.....	34
1.4.3 Sistemas de informação Geográfica.....	35
1.4.4 Projetos.....	36
1.5 Educação Ambiental.....	37
1.6 Qualidade Ambiente e Segurança.....	40
1.6.1 Segurança e Higiene no Trabalho.....	40
1.7 Indicadores de Desempenho.....	46
1.8 Impacto da Pandemia COVID-19.....	48
1.9 Desempenho Financeiro.....	50
1.9.1 Análise Económica.....	50
1.9.2 Análise Financeira e Patrimonial.....	53
1.9.3 Evolução Previsível da Empresa.....	56
II. Demonstrações Financeiras.....	58



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 APRECIÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado pelas consequências da Pandemia provocada pela doença COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, a 11 de março.

Perante a nova realidade e de forma a assegurar o cumprimento da sua missão, a Praia Ambiente, E.M., durante o primeiro semestre, rapidamente reorganizou os processos operacionais de forma a manter os serviços essenciais em funcionamento, salvaguardando a vida e a saúde dos trabalhadores, através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde, disponibilização de informação e meios de proteção adequados, e preparando uma resposta para minimizar os efeitos da interrupção parcial das atividades laborais e rápido restabelecimento do normal funcionamento da empresa. No segundo semestre, embora ainda em contexto de pandemia o desenrolar das atividades da Praia Ambiente, E.M., decorreu de acordo com o normal funcionamento da empresa, tendo sempre muito presente as medidas e ações com vista à contenção da propagação da COVID-19.

No domínio dos investimentos, no ano de 2020, prosseguiu-se com os trabalhos de empreitada do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal, com uma taxa de concretização global de 73,97 %, correspondendo a um investimento de cerca de 657 mil euros. O projeto representa um investimento global a rondar os dois milhões de euros, financiado por fundos estruturais (FEDER), através do Programa Operacional para os Açores (PO Açores 2020), bem como pelo Fundo Ambiental, do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Foi ainda aprovada a candidatura à comparticipação pelos fundos estruturais, no âmbito do PO AÇORES 2020, a operação “Adução e Abastecimento de Água ao Terceira *Tech Island*”, no valor de 974.499,50€, com uma comparticipação FEDER de 828.324,79€.

Foi celebrado o novo Protocolo de Cooperação Financeira entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente, E.M., ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado de 2020, para financiamento das ações desenvolvidas com vista ao cumprimento do Plano de Monitorização Especial, realizado no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, no valor de 58.000,00€.

Com vista a renovar e reforçar a frota de recolha de resíduos urbanos da Praia Ambiente, E.M., em julho de 2020 foi lançado o concurso público internacional para aquisição de 4 viaturas de recolha de resíduos, num investimento que rondará os 460 mil euros.

Foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, relativo à Limpeza Urbana na cidade, no valor de 175.000,00€.

No âmbito da sensibilização e educação ambiental e com vista a promover comportamentos mais amigos do ambiente, nomeadamente, de adesão à separação dos resíduos e à poupança de recursos naturais, foram realizadas diversas ações das quais se destacam a campanha “Reciclar um compromisso para a vida”, no Dia dos Namorados, a campanha “Recicle no Carnaval ninguém leva a mal” realizada em todos os salões que receberam danças, bailinhos e comédias de Carnaval, e a campanha de adesão à fatura eletrónica “Acumule árvores, não papelada”.

No âmbito da campanha de sensibilização ambiental “Acumule árvores, não papelada”, que prevê a plantação de uma árvore por cada munícipe que adira à fatura eletrónica, foram plantadas cinco centenas de árvores em espaços verdes da Praia da Vitória.

No ano de 2020, foram vários os investimentos que decorreram ou foram preparados, num esforço financeiro significativo por parte da Praia Ambiente, E.M., no sentido da modernização e renovação patrimonial. Foram investidos cerca de 87 mil euros numa viatura de caixa fechada e em equipamento informático e eletromecânico para a rede de águas e saneamento.

Foi dada continuidade ao processo de implementação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança, de forma a que a prestação de um serviço eficiente e com qualidade percebida pelos clientes seja base de alinhamento da equipa da Praia Ambiente, E.M..



No plano económico-financeiro, a Praia Ambiente, E.M., fechou o ano com a sua situação económico-financeira consolidada, traduzida num volume de negócios de 3 201 178,24 EUR, menos 7% quando comparado com o ano de 2019 (3 435 066,96 EUR), e num resultado líquido de 12 144,69 EUR, mantendo o equilíbrio entre sustentabilidade económica dos sistemas, qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos interesses dos utilizadores.

Este Relatório e Contas do exercício do ano de 2020, aprovado em reunião de 30 de março de 2021, é apresentado no cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o qual é acompanhado pelo Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea g) do Artigo 16.º dos Estatutos da Empresa.

Perante os desafios que se propuseram no atual contexto de pandemia provocada pela doença COVID-19, não podemos deixar de enaltecer e agradecer o elevado empenho e resiliência com que todos os funcionários da Praia Ambiente, E.M., desempenharam as suas funções, com especial destaque para a toda a equipa de recolha de resíduos urbanos, permitindo assim prosseguir a nossa missão de serviço público, garantir a continuidade dos serviços essenciais de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e assegurar o bem-estar de todos os praienses.



1.2 A EMPRESA

1.2.1 ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Praia Ambiente, E.M. assume desde 2007 a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e a recolha atempada e integral de resíduos urbanos. Estas competências foram delegadas à Praia Ambiente, E.M., pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45.º e 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores- ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.

1.2.2 MISSÃO

É missão da Praia Ambiente, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água em quantidade e qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, a recolha atempada e integral de resíduos urbanos e a limpeza pública contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos cidadãos do concelho da Praia da Vitória.

Garantir a melhoria continua da prestação dos serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos a todas as partes interessadas.

Promover a manutenção e conservação das infraestruturas e a gestão do património edificado.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea e sustentável, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento dos requisitos legais e normativos e da equidade social.

Assegurar uma cultura de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, promovendo a aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

1.2.3 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente do estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

Objetivos

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos urbanos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

1.2.4 ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, que tem por missão a regulação dos setores de água e dos resíduos, incumbindo-lhe exercer funções reguladoras e orientadoras nos setores de abastecimento público de água para consumo humano, das águas residuais urbanas e dos resíduos e, complementarmente, funções de fiscalização e controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 de Março.

A regulação tem como principal objetivo a proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de Tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo eficácia associada à qualidade de serviço e evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e ao controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio natural ou legal. Os direitos dos consumidores são defendidos promovendo a qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras num quadro de sustentabilidade económica do sistema.

1.2.5 ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2020, os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M., são constituídos por:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Administrador Executivo

Nuno Miguel Aguiar de Meneses (iniciou funções a 1 de outubro)

Administradora Não Executiva

Raquel Lemos Borges

Assembleia Geral

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Fiscal Único

Santos Vaz & Trigo Morais, SROC

1.2.6 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

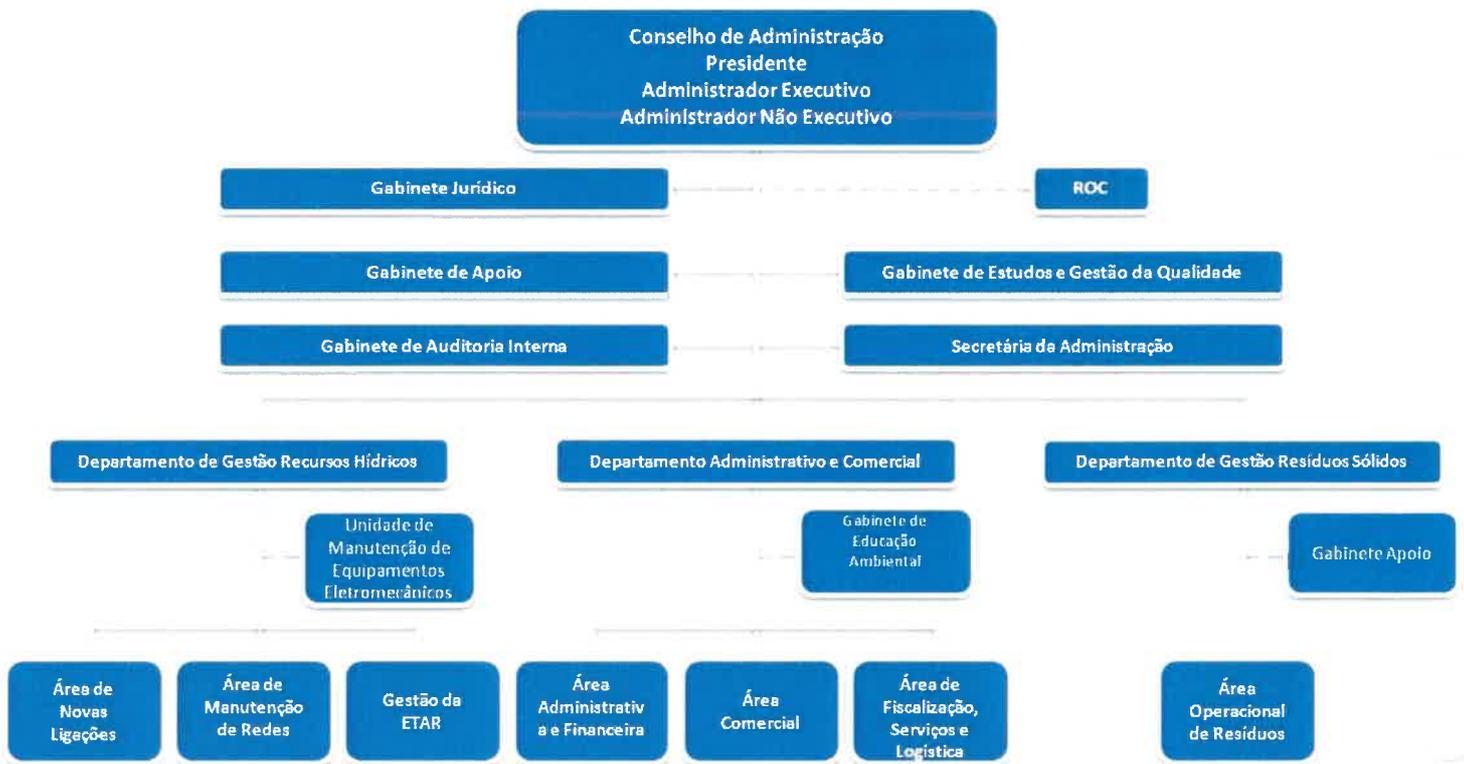


Figura 1 - Organograma da empresa.



1.2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2020 o Quadro de Pessoal da Empresa integrava 91 funcionários, dos quais 24 funcionários são cedidos através da celebração de Acordo de Cedência de Interesse Público, e 67 funcionários fazem parte do Quadro de Pessoal da Praia Ambiente, E.M..

1.2.7.1 DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL

O Quadro de Pessoal tinha a seguinte distribuição por unidade orgânica a 31 de dezembro de 2020:

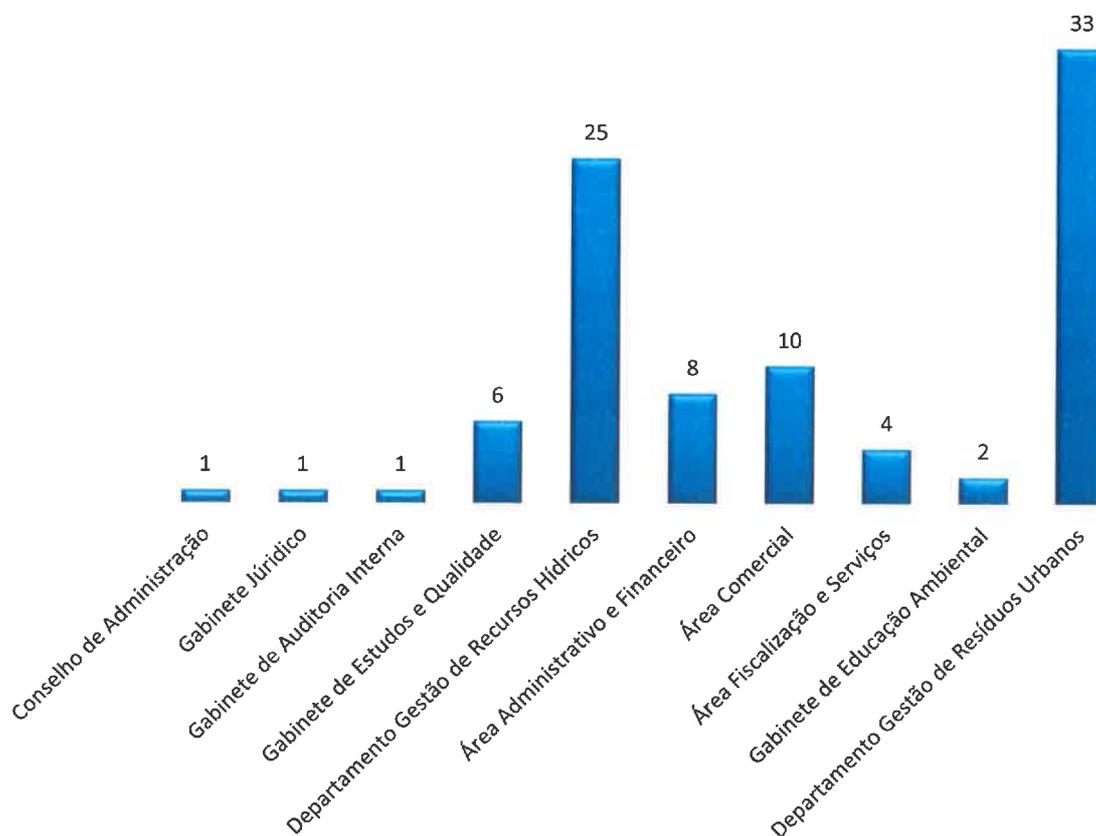


Gráfico 1 - Número de funcionários por unidade orgânica.

~~Handwritten scribbles and initials, possibly 'RD'.~~

1.2.7.2 CATEGORIA PROFISSIONAL

Dos 91 funcionários, 68% são assistentes operacionais, 16% técnicos superiores e 9% administrativos e 7% técnicos profissionais.



Gráfico 2 - Número de funcionários por categoria profissional.

1.2.7.3 DIVERSIDADE DE GÉNERO E IDADE

A distribuição dos funcionários por género evidencia uma preponderância dos homens em relação às mulheres, situação que se deve ao carácter iminente operacional das atividades desenvolvidas pela empresa. Dos 93 funcionários que integram o quadro de pessoal, 21 são mulheres e 70 são homens, isto é, 23% e 77% respetivamente.

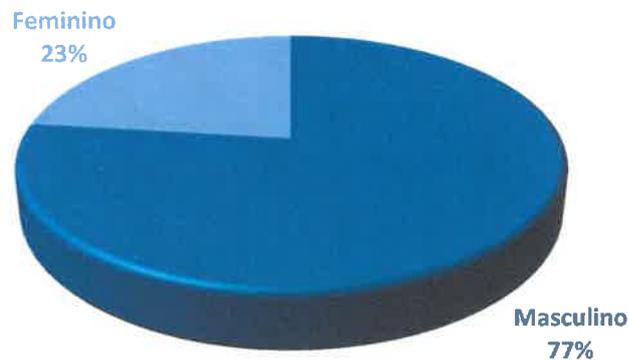


Gráfico 3 - Número de funcionários por género.

[Handwritten signatures and initials]

Relativamente à distribuição por idades verificamos que existe uma maior concentração de funcionários na classe etária entre os 50 e 59 anos e os 30 aos 39 – 27 funcionários cada. Seguem- a classe dos 40 aos 49 com 26 funcionários. A classe dos 60 aos 66 regista 4 funcionários.

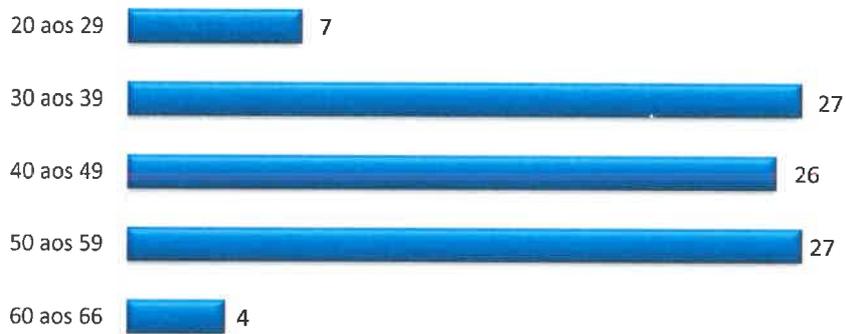


Gráfico 4 - Distribuição do número de funcionários por idade.

1.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES

1.3.1 CONTRATOS

No final de 2020, o número de contratos ativos de serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e/ou resíduos Urbanos da Praia Ambiente E. M. encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 10.699 contratos, não se verificando variação significativa em relação ao período homólogo de 2019.

Quadro 1 – Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia.

<i>Tipo de cliente</i>	2019	2020	Δ
Contratos Ativos	10639	10699	0,56%
Doméstico	8821	8873	0,59%
Não Doméstico	1818	1826	0,44%
Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais	3386	3394	0,24%
Doméstico	2966	2965	-0,03%
Não Doméstico	420	429	2,14%
Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos	9516	9563	0,49%
Doméstico	8736	8773	0,42%
Não Doméstico	780	790	1,28%

1.3.2 VOLUME DE ÁGUA FATURADO

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente, E. M. faturou, no ano de 2020, 1.465.799 m³, o que equivale a uma média diária de 4.016 m³, tendo-se verificado uma redução do volume de água faturado em comparação com o ano anterior.



Gráfico 5 – Evolução mensal da Água faturada (m³).

Do volume de água faturado, o segmento doméstico é aquele que tem maior expressão em termos de consumo, 1.017.515 m³, com um peso de 63,98%.

Quadro 2 – Volume de água consumido por tipologia de cliente (m³).

Tipo de Cliente	2019	Peso	2020	Peso	Δ
Agropecuária	176.916	11,12%	154.704	9,73%	-12,56%
Doméstico	1.075.968	67,65%	1.017.515	63,98%	-5,43%
Indústria e Comércio	224.664	14,13%	195.499	12,29%	-12,98%
Instituições sem fins lucrativos	24.252	1,52%	26.315	1,65%	8,51%
Organismos Públicos	78.024	4,91%	64.133	4,03%	-17,80%
Sazonal	10.560	0,66%	7.633	0,48%	-27,72%
Total Geral	1.590.384	100,00%	1.465.799	92,17%	-7,83%

1.3.3 SERVIÇOS

No que concerne ao número total de serviços executados no ano de 2020 importa salientar que houve uma diminuição de 28%, devido à redução dos serviços aos mínimos essenciais em período de confinamento, como medida de contenção em resultado da Pandemia COVID-19, tal como pode ser verificado pelo quadro seguinte:

Quadro 3 -Evolução do Nº de Serviços Executados no ano de 2020.

Total de Serviços executados

Mês	2019	2020	Δ
Janeiro	482	680	41%
Fevereiro	463	562	21%
Março	592	374	-37%
Abril	584	65	-89%
Maió	673	562	-16%
Junho	589	359	-39%
Julho	602	406	-32%
Agosto	428	392	-8%
Setembro	513	439	-14%
Outubro	564	292	-48%
Novembro	539	286	-47%
Dezembro	499	288	-42%
Total Geral	6.528	4.705	-28%

1.3.3.1 SERVIÇOS EXTRA DE RESÍDUOS

Relativamente aos serviços emitidos (solicitados) de recolha de resíduos extra, houve uma redução de **14%** no ano de 2020, em comparação com 2019.

Entende-se por serviço de recolha extra todos os serviços solicitados de recolha de resíduos que carecem de marcação e que não são recolhidos nas rotas periódicas de recolha, sendo tarifadas de acordo com o tarifário em vigor e de acordo com o Regulamento Municipal de Resíduos.

Os valores relativos ao número de serviços solicitados de recolhas extras, encontram-se apresentada no quadro seguinte:



Quadro 4 - Evolução do Nº de Pedidos de Recolhas Extra.

<i>Serviços de Recolha Extra</i>	2019	2020	Δ
<i>Monstros</i>	758	720	-5%
<i>Óleos Alimentares</i>	5	4	-20%
<i>RCD's</i>	23	14	-39%
<i>REE's</i>	12	15	25%
<i>Resíduos Recicláveis</i>	9	7	-22%
<i>Verdes</i>	402	303	-25%
<i>Resíduos Indiferenciados</i>	29	-	-
TOTAL	1.238	1.063	-14%

1.3.3.2 PEDIDOS DE LIGAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A ligação de um determinado local aos sistemas públicos de distribuição de água e/ou de drenagem de águas residuais urbanas é requerido através de um processo de ligação que é instruído de acordo com a sua especificidade, tendo em conta a natureza da intervenção a realizar e o uso a que se destina.

Assim, todos os pedidos de ligação, ou de modificação da ligação existente aos serviços públicos, carecem de um estudo de viabilidade, que analisará as condições de disponibilidade, no local, para abastecimento de água ou para receção de águas prediais, caso se trate de um processo de ligação de águas de abastecimento ou de drenagem de águas residuais, respetivamente.

No caso de um processo de ligação implicar a construção ou modificação de redes prediais, no decorrer deste processo, haverá lugar a uma verificação dos respetivos projetos e, caso necessário, de vistorias ao local.

Relativamente ao ano de 2020, houve um aumento nos pedidos de viabilidade de ligação/modificação aos sistemas de abastecimento de água em cerca de 33% e em 27% nos pedidos de ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais, em comparação com o ano de 2019 (ver quadro seguinte):

Quadro 5- Evolução de Processos de ligação iniciados.

Processos de Ligação	2019	2020	Δ
<i>Processos de Ligação água</i>	132	176	33%
<i>Processo de Ligação Saneamento</i>	79	92	16%
TOTAL	211	268	27%

Apesar do aumento de pedidos de ligação/modificação ao sistema pública de abastecimento de água, o número de pedidos de verificação de projetos de redes prediais de água reduziu em cerca de 6% e de saneamento em 4%, em relação ao ano transato (ver quadro seguinte):

Quadro 6- Evolução do Nº de verificações de projeto de redes prediais.

Processos de Ligação	2019	2020	Δ
<i>Informação Prévia</i>	-	9	-
<i>Verificação Proj. Águas</i>	85	80	-6%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	82	79	-4%
TOTAL	167	168	1%

1.3.4 SERVIÇOS AUXILIARES

Para além dos serviços apresentados que, normalmente, são solicitados pelos clientes, existem outros serviços que são emitidos e que decorrem da atividade comercial e que têm implicação direta no decorrer da gestão dos respetivos contratos dos clientes. Estes serviços são considerados auxiliares e encontram-se descritos no quadro seguinte:

Quadro 7 - Evolução do Nº de Serviços Auxiliares.

<i>serviços auxiliares</i>	2019	2020	Δ
<i>Abertura de Água</i>	596	128	-79%
<i>Colocação de Contador</i>	195	207	6%
<i>Corte de Ligação Direta</i>	16	13	-19%
<i>Fecho de Água</i>	646	154	-76%
<i>Leituras Extra</i>	1.206	1.176	-2%
<i>Pedido de Contentor de Resíduos</i>	-	49	-
<i>Retirada de Contador</i>	152	122	-20%
<i>Substituição de Contador</i>	791	336	-58%
<i>Tamponagem de Ramais</i>	8	8	0%
<i>Outros</i>	448	6	-99%
TOTAL	4.058	2.279	-44%

Como é possível verificar pelos dados do quadro anterior, em termos totais, houve uma redução de 44%, em termos de serviços emitidos, no ano de 2020, em relação ao mesmo período de 2019.

1.3.5 ADESÃO À FATURA ELETRÓNICA

No ano de 2020 reforçamos junto dos clientes as vantagens da adesão à fatura eletrónica com o objetivo de desmaterializar o processo de faturação e de proteger o ambiente, tendo a taxa de adesão sido de 16% do total dos clientes, representando um aumento de 114%.

Quadro 8 – Evolução da adesão à fatura eletrónica.

	2019	2020	Δ
<i>N.º Clientes</i>	787	1.682	114%
<i>Peso sobre o total de Clientes</i>	7%	16%	

1.3.6 RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E. M., as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir as situações que lhes deram origem e ir ao encontro das suas expectativas, preocupações e interesses.



A Praia Ambiente E.M. procede ao levantamento de uma reclamação e procede ao seu respetivo tratamento sempre que um cliente nos contata, presencialmente, por email, por carta, telefone ou através do balcão digital do nosso site e nos chame atenção para qualquer aspeto do serviço prestado diretamente por esta entidade gestora.

No período em análise, o número de reclamações foi de 67, superior ao registado no período homólogo do ano anterior. No livro de reclamações foram apresentadas 8 reclamações (ver quadro seguinte). Este aumento do número de reclamações, pode ser explicada pelo facto de ter sido alterada a metodologia de registo de reclamações em virtude da implementação do sistema de gestão integrado, qualidade, ambiente e segurança com vista a melhoria continua e a satisfação do cliente.

Quadro 9 - Evolução das reclamações.

Meio de Comunicação	2019	2020
<i>Livro de Reclamações</i>	1	8
<i>Outros Meios</i>	28	59
Total	29	67

1.3.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

1.3.7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km² e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Agualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 9 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 8 099 m³/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 285 km de comprimento e 12 534 ramais de ligação.

No ano de 2020, foram executados trabalhos de substituição de equipamentos eletromecânicos e implementadas melhorias a nível das infraestruturas de rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade, reparações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, das quais se destacam as seguintes:

- Reparação da conduta elevatória DN 100 do furo do Pico Celeiro (F0), na canada da Cidade;
- Reparação de rotura na rede DN 110 na Rua dos Lourais – São Brás;
- Substituição do grupo eletromecânico do furo do Pico Celeiro F0 – Casa da Ribeira freguesia de Santa Cruz;
- Substituição do grupo eletromecânico do furo do Barreiro (F5), na canada do Barreiro, freguesia das Fontinhas;
- Substituição do grupo eletromecânico do furo do Areeiro (F1), no Areeiro, freguesia das Fontinhas;

- Reparação de rotura na conduta de fibrocimento DN 100, da canada da Cidade, Casa da Ribeira, freguesia de Santa Cruz;
- Desobstrução em vários pontos da rede de abastecimento de água em PVC DN 63 da rua Padre Francisco Rocha de Sousa, freguesia de Santa Cruz;

Foram executados 52 ramais, 42 de abastecimento de água e 10 de drenagem de águas residuais domésticas.

Foi realizado o acompanhamento e fiscalização da empreitada de Execução de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal – concelho da Praia da Vitória e da rede adutora entre o reservatório do Areeiro e o Bairro N.º Senhora de Fátima no âmbito da empreitada de “Requalificação do Bairro Nossa senhora de Fátima – 2ª Fase”.

O controlo do sistema de abastecimento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

1.3.7.2 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

O Programa de controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento (PCQA) da Praia Ambiente, E.M., constitui uma das componentes de controlo da qualidade da água do sistema de abastecimento de água da Praia Ambiente, E.M., o qual é desenvolvido no cumprimento da legislação em vigor e submetido à aprovação da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), enquanto autoridade competente regional, tendo sido apreciado favoravelmente em virtude de cumprir todas as obrigações legalmente impostas às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água destinada ao consumo humano: número e localização de pontos de amostragem, frequência de amostragem e análise, credencial do laboratório que efetua as análises e a adoção de métodos analíticos de referência.

Obedecendo a este plano, a Praia Ambiente, E.M., recolheu na torneira dos consumidores e enviou para o laboratório acreditado 150 amostras referentes ao abastecimento em baixa e 6 referentes ao abastecimento em alta, tendo sido realizadas 1655 análises em baixa e 109 em alta.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado no ano de 2020.

Quadro 10 - Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2019	2020
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1608	1655
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1316	1197
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	99,59%	97,91%
Percentagem de Água Segura (%)	99,59%	97,91%
Número de colheitas efetuadas	150	150
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	105	109
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	88	81
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%
Número de colheitas efetuadas	6	6

Em 2020, o cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, foi de 97,91 % nas torneiras dos consumidores residentes no concelho da Praia da Vitória e de 100% no ponto de entrega aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Verificamos que relativamente ao período homologado do ano anterior realizou-se um maior número de análises obrigatórias, situação que decorre das imposições legais previstas no diploma da qualidade da água, o qual prevê que se determine com frequência trimestral os parâmetros que se encontram em incumprimento nas origens de água. Esta situação levou a que no ano de 2020 se verificassem um maior número de incumprimentos comparativamente com 2019.

~~RB~~
RB

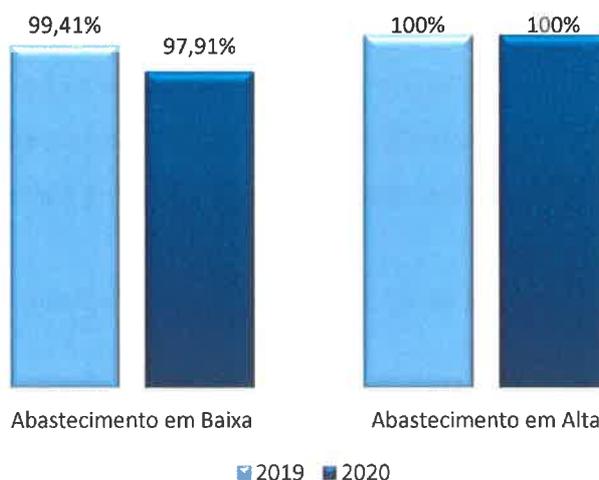


Gráfico 6 - Percentagem de Água Segura, por tipo de abastecimento.

As ocorrências de situações de incumprimento de valores paramétricos nas torneiras dos consumidores são comunicadas de imediato à Autoridade de Saúde e à ERSARA, e os valores não conformes detetados no ponto de entrega ao município de Angra do Heroísmo são comunicados igualmente aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

Durante o ano 2020, ocorreram na totalidade 25 incumprimentos da qualidade da água no abastecimento em baixa, sendo que os parâmetros da qualidade da água determinados que não atingiram os 100% de conformidade com as normas de qualidade vigente no abastecimento em baixa foram alumínio, bactérias coliformes, cloretos, ferro, fluoretos e níquel.

Neste ano, verifica-se que 92% dos incumprimentos (alumínio, cloretos, ferro e fluoretos) ocorreram devido à natureza da qualidade das origens de água (caraterísticas hidrogeológicas da água), 1 incumprimento (Níquel) devido aos materiais utilizados na rede predial e um 1 incumprimento microbiológico, devido a avaria no equipamento de tratamento da água.

Sempre que se verificaram ocorrências de valores não conformes, cujas as causas não se pretendiam com as caraterísticas naturais das origens de água, foram desenvolvidas averiguações para avaliar as causas destas ocorrências e avaliar o impacto das mesmas. Todos os procedimentos desenvolvidos concluíram que os casos em análise foram pontuais, não repetitivos, e não apresentaram qualquer risco para a saúde pública.



A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E.M. confirma a boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E. M., em baixa e em alta.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*.

Para além do PCQA é ainda, realizado o Plano de Monitorização Especial, no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, com o intuito de assegurar a qualidade da água para consumo humano, nos furos do Pico Celeiro, Juncal, Barreiro, Areeiro e Covas. São monitorizados um conjunto de 145 parâmetros, os quais para além dos de carácter obrigatório, estabelecidos na legislação nacional, incluem um vasto número de parâmetros definidos na legislação comunitária e internacional.

Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos provenientes das instalações de armazenamento de combustíveis da Força Área Americana, evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com normas de qualidade, nacionais e internacionais, à exceção dos parâmetros Cloreto e Sódio, no furo de Juncal, Ferro, no furo das Covas e do Vanádio, em todos os furos, resultado das características hidrogeológicas dos aquíferos.

É ainda realizado o controlo operacional/vigilância, que consiste em verificar o nível da qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes, o qual inclui a monitorização da qualidade da água de todas as captações de água para consumo humano nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto.

1.3.7.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR).

1.3.7.3.1 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PRAIA DA VITÓRIA

Caraterização Quantitativa dos Caudais Tratados

Em 2020, foi tratado um total de 285 170 m³ de água residual, registando-se uma diminuição de 27 279 m³ (-8,7%), em relação ao seu período homólogo (em que foram tratados 312 449 m³). Tal facto fica-se a dever à diminuição da população flutuante registada nestes meses de verão e férias.

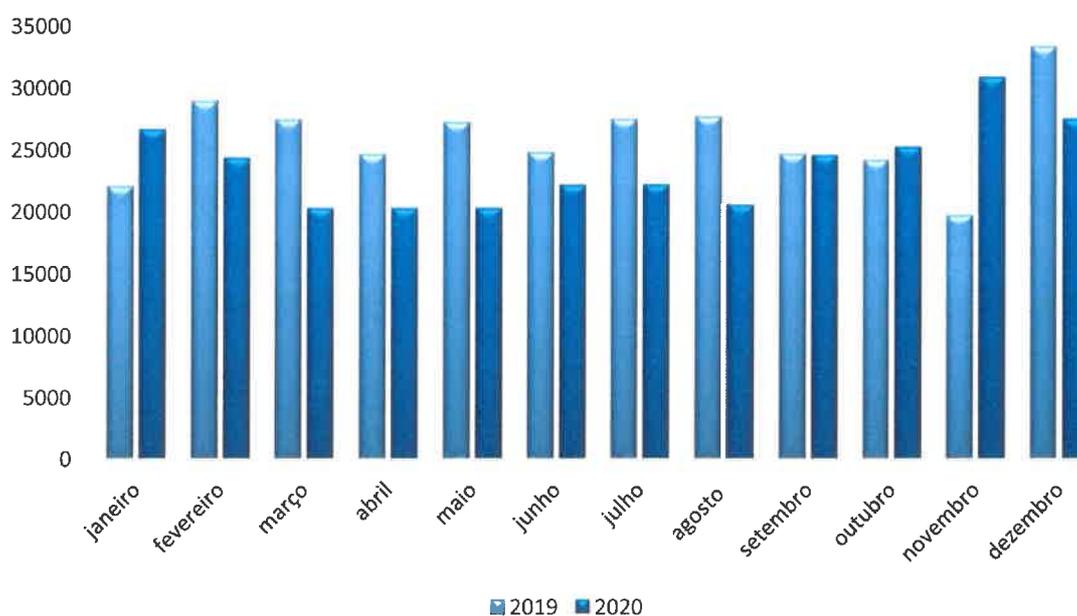


Gráfico 7 - Caudais Tratados em 2020.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Caraterização Qualitativa dos Caudais Tratados

Durante o ano de 2020, foram realizadas 12 recolhas (1/mês), 100% das análises previstas na nossa Licença de Descarga, registando-se 100% de cumprimento, dos VLE's estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que estabelece as normas de descarga de águas residuais no meio aquático.

Produção de Resíduos

Em 2020, como podemos observar no gráfico apresentado abaixo, registou-se uma diminuição na produção total de resíduos (-40,93 Toneladas / -28%), que está diretamente relacionada com a diminuição dos caudais tratados.

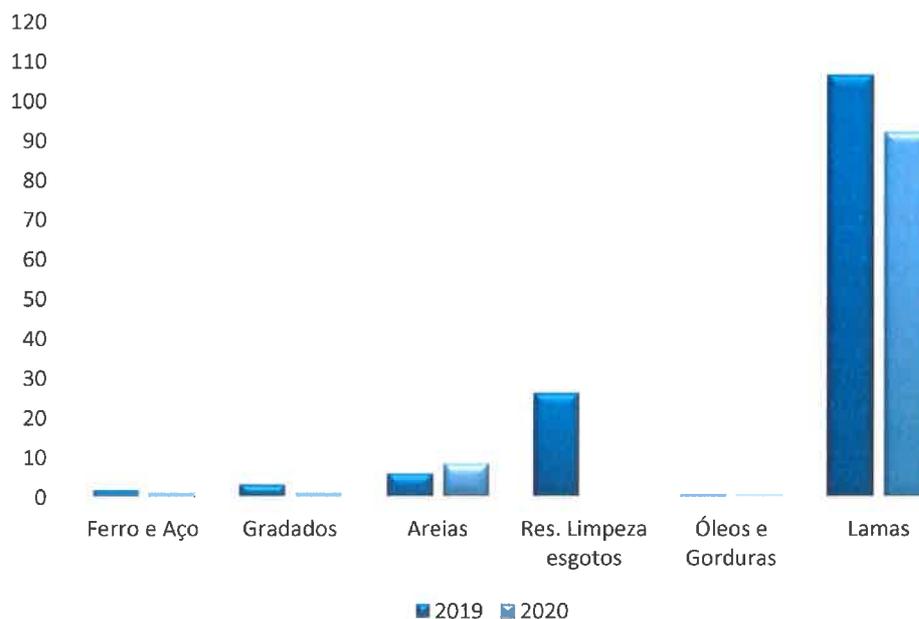


Gráfico 8 - Produção de Resíduos em 2020.

Manutenção de estruturas e equipamentos

Para uma eficiente exploração da ETAR da Praia da Vitória, é necessário o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva de estruturas e equipamentos.

Para além do cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva da ETAR e EEAR4, durante o período em análise, foram efetuadas as seguintes manutenções corretivas e melhorias:

Manutenções Corretivas:

- a) Substituição das rodas dentadas e da corrente, do sistema de desidratação de lamas.
- b) Substituição das válvulas de retenção e volantes do distribuidor de caudais e poço de bombagem do espessador e recirculação de lamas.
- c) Limpeza com autotanque da EEAR4 (poço de bombagem e canais de entrada do efluente).
- d) Substituição de um dos arejadores dos tanques de arejamento.
- e) Substituição do tubo de aspiração de uma das bombas da EEAR4; e
- f) Substituição da ventosa à entrada da EEAR4.

Melhoria:

- a) Instalação de sistema de deteção de incêndio no edifício do operador da ETAR.

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M., desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- Exploração da ETAR do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.

1.3.7.3.2 ETAR DO PARQUE INDUSTRIAL DA ILHA TERCEIRA

ETAR Compacta do Parque Industrial

A ETAR do Parque Industrial da Ilha Terceira foi projetada para receber um efluente do tipo doméstico (caraterísticas quadro abaixo), produzido por cerca de 250 trabalhadores, que exercem funções nas diversas empresas instaladas no Parque Industrial.

Quadro 11 - Condições de afluência à ETAR do Parque Industrial.

	Ano 0	Ano horizonte
<i>CBO₅ (mg/L)</i>	535,71	535,71
<i>CQO (mg/L)</i>	1071,43	1071,43
<i>SST (mg/L)</i>	803,57	803,57

Fonte: Programa de Exploração – janeiro de 2009 – Gerar.

Todo o tratamento do efluente industrial das empresas instaladas no Parque Industrial da ilha Terceira é da responsabilidade das mesmas e não é admitido na rede de drenagem do Parque Industrial.

A Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI) é a entidade titular da ETAR, tendo desde junho de 2012 contratado a Praia Ambiente, E.M., para efetuar a sua exploração.

Projeto de Investigação

Perante uma proposta de investigação apresentada à Direção da AGESPI no sentido de participar num projeto de investigação e desenvolvimento no âmbito do quadro comunitário em vigor, a ser implementado pelas empresas BIO.3A e Liberaqua, esta acordou participar cedendo a ETAR para que, com as devidas adaptações, servisse de estação piloto para avaliar o desempenho de diferentes tipos de macrófitas no tratamento do efluente e na produção de composto de alto nível utilizando a sua própria biomassa. Trata-se de um projeto muito interessante do ponto de vista energético e de sustentabilidade ambiental, que decorrerá pelo período de 2 anos, durante os quais, as empresas BIO.3A e Liberaqua assumem o compromisso de cumprir com todos os valores limites de descarga.

No entanto a AGESPI tenciona manter o contrato com a Praia Ambiente, E.M., na expectativa de que o projeto também seja interessante para as duas empresas.

No que diz respeito à Praia Ambiente, E.M., esta fica apenas responsável pela gradagem e poço de bombagem. Esta situação entrou em vigor, em agosto de 2020.

1.3.8 RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS

A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros e verdes em todo o concelho de Praia da Vitória. Para o efeito a Praia Ambiente, E.M., disponibiliza 311 contentores para deposição de resíduos indiferenciados na via pública e 258 ecollhas para deposição seletiva de resíduos de embalagens mais 21 oleões para deposição de óleo alimentar usado (OAU).

Em 2020, foram recolhidas 9 490,84 toneladas de resíduos urbanos nas recolhas efetuadas na zona urbana e rural do concelho da Praia da Vitória. Comparativamente com o período homólogo de 2019 verificou-se um aumento de 1,99%.

Quadro 12 - Quantidade de Resíduos Recolhidos (Toneladas).

	2019	2020	Δ
<i>Indiferenciado</i>	7 708,53	7 920,74	2,75%
<i>Resíduos de Embalagem</i>	1 240,84	1 182	-4,74%
<i>Monstros</i>	332,20	362,74	8,97%
<i>OAU</i>	24	25,36	5,66%
Total	9 305,57	9 490,84	1,99%

Foram recolhidos 7 920,74 toneladas de resíduos indiferenciados e 1 182 toneladas de resíduos de embalagem, os quais representam respetivamente 83,45% e 12,45% dos resíduos produzidos no concelho. Os restantes 3,82% referem-se aos resíduos recolhidos pela Praia Ambiente, E.M., provenientes das habitações e que pela sua natureza, dimensão ou volume não podem ser recolhidos pelos meios tradicionais de recolha, nomeadamente, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE's), móveis, madeiras, entulho (RCD's) e verdes com o total de 362,74 toneladas, representando um aumento de 8,97% relativamente ao período homólogo. A recolha seletiva, totaliza 16.5%.



Handwritten signature and initials, possibly 'RBS'.

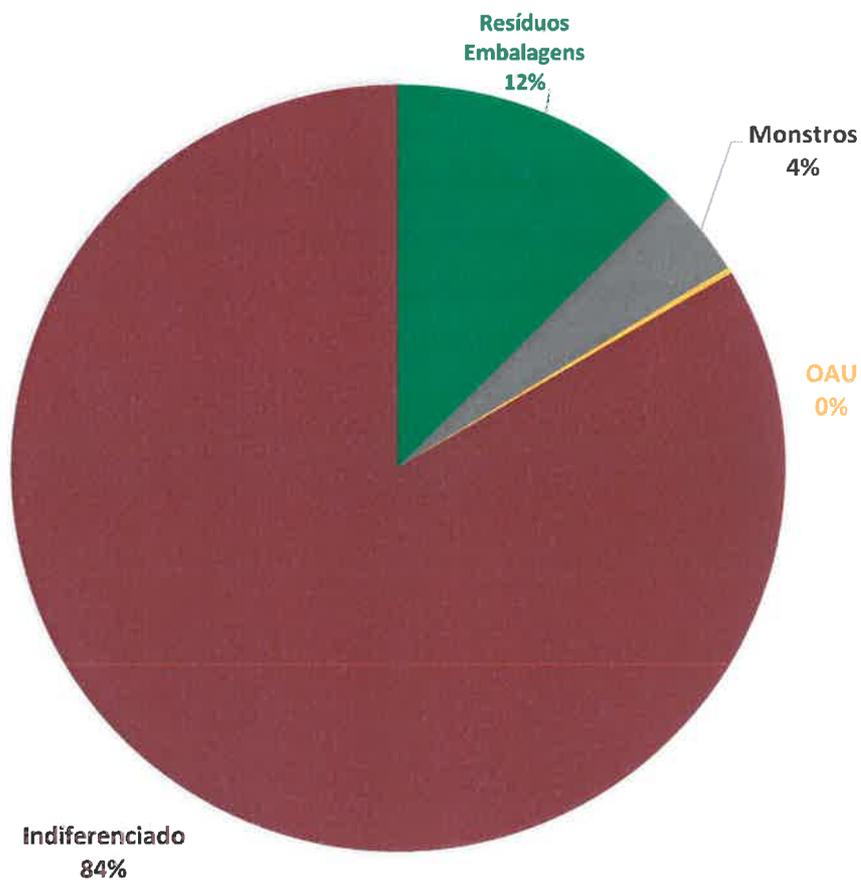


Gráfico 9 – Quantidade de resíduos urbanos recolhidos em 2020.



A recolha seletiva é realizada através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no operador licenciado. Nas recolhas aos estabelecimentos comerciais, ecopontos, HORECA, pequenos produtores de papel e plástico e porta-a-porta, em 2020 foram recolhidos 1 182 toneladas de resíduos seletivos, sendo 254,14 toneladas plástico/metal/Ecal, 482,2 toneladas vidro e 445,66 toneladas de papel/cartão. Verificou-se uma diminuição de 4,74% relativamente ao período homólogo.

Em 2020 foram recolhidas 25,36 toneladas de óleo alimentar usado, proveniente do HORECA e oleões públicos. Comparativamente com período homólogo verificou-se um aumento de 5,66%.

1.3.8.1 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura manual, a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papeleiras das principais artérias da cidade.



1.4 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

1.4.1 SERVIÇOS

Os serviços englobam deslocações para efeitos diversos, verificações aos contadores por suspeita de entupimento, pedidos de registo de pressão e reparações diversas.

Para além destes serviços, a Praia Ambiente, E. M., também dispõe de uma equipa que presta um serviço especializado na deteção de fugas de redes prediais.

Até ao final de 2020 houve uma redução de 13 % no número serviços efetuados, em relação a 2019, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia mundial, tal como é evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 13 - Evolução do Nº de Serviços Efetuados

<i>Serviços</i>	2019	2020	Δ
<i>Deslocações</i>	46	48	4%-
<i>Detetor de fugas – redes privadas</i>	41	31	-24%
<i>Detetor de fugas – redes públicas</i>	12	12	-24%
<i>Outros</i>	36	27	0%
Total	135	118	-13%

1.4.2 FISCALIZAÇÃO

A Praia Ambiente, E. M., dispõe de uma equipa específica que executa os serviços de fiscalização solicitados pelos utentes do nosso serviço, pelos restantes departamentos da empresa ou gerados pela mesma.

Os serviços de fiscalização são agrupados em 3 áreas, nomeadamente a área de Águas de abastecimento, de saneamento e de resíduos.

As fiscalizações de Água são solicitadas sempre que existem suspeitas de furto de água, através de ligações ilícitas ou abertura fraudulenta das válvulas de corte no decorrer de um fecho por mora de pagamento de faturas.

Relativamente às fiscalizações de saneamento estas são solicitadas, normalmente, quando há suspeitas de ligação indevida aos sistemas públicos, escoamentos a céu aberto ou encaminhamento de materiais indevidos para o sistema público de drenagem de águas residuais.

Até ao final de 2020, o número de fiscalizações efetuadas foi 43% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia mundial, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 14 - Evolução do Nº de Fiscalizações Efetuadas.

<i>Fiscalizações</i>	2019	2020	Δ
<i>Fiscalizações Água</i>	16	10	-38%
<i>Fiscalizações Resíduos</i>	950	609	-36%
<i>Fiscalizações Saneamento</i>	9	5	-44%
<i>Outras</i>	178	38	-79%
Total	1153	662	-43%

1.4.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Na área dos Sistemas de Informação Geográfica, foi realizado a validação dos processos de ligação que deram entrada até ao final de 2020 e a sua integração na plataforma Aqua Matrix e seu cadastro no ArcGis. Verificou-se um aumento de 29% de processos cadastrados, em relação ao período homólogo de 2019, como se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro 15 - Evolução do Nº de verificações e cadastro de processos de ligação.

<i>Processos de Ligação</i>	2019	2020	Δ
<i>Verificação Proj. Águas</i>	134	190	42%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	84	91	8%
Total	218	281	29%

Procedeu-se à contínua atualização do cadastro das infraestruturas existentes com especial enfoque na verificação dos ramais de água, efetuou-se o cadastro de fossas particulares conforme consta dos projetos entregues na empresa entre 2007 e 2020.

Iniciou-se o processo de cadastro exato, de todas as captações de água do nosso sistema de abastecimento, bem como ao registo de todas as infraestruturas e ativos da empresa em consonância com a Elaboração do Plano de Segurança da Água que a empresa está a desenvolver.

1.4.4 PROJETOS

Esta área dispõe de uma componente de elaboração de estudos, através da execução de peças desenhadas e orçamentos diversos. Estes elementos têm servido como estudos prévios, que se entregam a gabinetes de projeto para os aprofundarem, como projetos de empreitadas efetuadas ou até para obras de administração direta. Os estudos são executados autonomamente ou em colaboração com elementos de outras áreas da empresa.

Durante o ano de 2020 foi iniciado o estudo “DESATIVAÇÃO DO HIDROPRESSOR NA CANADA DO CALDEIRO – BISCOITOS”, no intuito de privilegiar o abastecimento gravítico em detrimento do pressurizado. Este objetivo assenta numa perspetiva de redução a curto prazo dos encargos energéticos, bem como na distribuição ininterrupta de água aquando da ocorrência de cortes de eletricidade.

Efetuaram-se também dois estudos, para execução de ramais e prolongamento de um coletor de drenagem de águas residuais domésticas.

Durante o mesmo período iniciou-se um estudo para instalação de reguladores de pressão na Rua da Caldeira nas Lajes



RB

1.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Praia Ambiente, E.M. ciente da importância da educação ambiental como ferramenta indispensável para a consciencialização em prol da proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, desenvolveu diversas atividades junto das escolas e entidades do concelho, por forma a incutir comportamentos ambientalmente mais responsáveis.

As principais atividades desenvolvidas têm como foco a poupança de água para consumo humano, a divulgação da política dos 3Rs, bem como, a prevenção de produção de resíduos e sensibilização para separação seletiva dos resíduos.

Durante o ano de 2020, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Educação Ambiental (GEA) passaram pelos seguintes eventos:

- Visitas de estudo à ETAR com alunos da Escola Secundária Vitorino Nemésio;
- Ação de Sensibilização **“Reciclar um compromisso para a vida”**, no Dia dos Namorados, apelando à reciclagem;
- Campanha **“Recicle no Carnaval ninguém leva a mal”** realizada em todos os salões que receberam danças, bailinhos e comédias de Carnaval, tendo como objetivo sensibilizar para a correta separação dos resíduos, principalmente o vidro, as embalagens de cartão para bebidas (tetrapak) e latas. Foram distribuídos cartazes e equipamento para a separação de resíduos;
- Campanha de adesão à fatura eletrónica **“Acumule árvores, não papelada”**. Por cada cliente que aderir, a Praia Ambiente, E.M., planta uma árvore endémica. Pretende-se assim sensibilizar para a poupança de um recurso natural, o papel, e contribuir para diminuir a sua utilização na atividade da empresa;
- Elaboração de manual de sensibilização ambiental em estabelecimentos HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés);
- Ações de sensibilização aos estabelecimentos HORECA, com a realização de visita técnica de atualização de dados e sensibilização para a correta separação de resíduos, a qual teve início na freguesia dos Biscoitos, em março e sendo cancelada as restantes freguesias devido à conjuntura (pandemia COVID-19);

- Celebração do **Dia do Trabalhador** com criação de GIF alusivo ao dia e aos serviços;
- Análise/estudo para desenvolver nova estratégia de comunicação ambiental para adaptação à situação conjuntural (pandemia Covid -19);
- Elaboração do Plano de Atividades de Educação Ambiental para o ano letivo 2020/21 e divulgação junto da comunidade escolar;
- Celebração da **11ª Semana de Resíduos dos Açores**, mas com alteração às atividades planeadas inicialmente devido à evolução da pandemia COVID 19 a nível local, tendo sido a sensibilização realizada online;
- Elaboração de Regulamento de **Concurso escolar “Prémio Escola Sustentável 2021”** em parceria com a Tetra Pak para premiar a escola do município da Praia da Vitória que, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 reciclasse a maior quantidade de embalagens de cartão da Tetra Pak (ex: embalagens de leite e sumos) por aluno inscrito.

Durante o ano letivo em questão (2019/2020) e após 16 de março de 2020 não foram solicitadas atividades de sensibilização ambiental ao Gabinete por parte das escolas do concelho por se encontrarem encerradas devido à pandemia COVID-19.

Abaixo encontram-se quantificados os principais trabalhos executados pelo GEA.

Quadro 16 - Número de ações em educação ambiental realizadas.

		Visitas de Estudo	Eventos	Ações de Sensibilização	Total
2019	Número	6	3	0	9
	Participantes	126	550	0	676
2020	Número	2*	0*	31*	33
	Participantes	28	0	35	63

*devido à pandemia COVID-19 foram canceladas todas as visitas de estudo, eventos e ações de sensibilização agendados a partir de 16 março até ao final do ano.

[Handwritten signature]

Algumas imagens das atividades/ações realizadas:



Figura 2 – Campanhas de sensibilização/educação ambiental.

1.6 QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA

Com o intuito de prestarmos cada vez melhor os nossos serviços garantindo a satisfação de todas as partes interessadas, a motivação e segurança dos funcionários da empresa e boas práticas ambientais, o cumprimento do contrato de gestão delegada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, o cumprimento das imposições legais e recomendações da entidade reguladora e ver reconhecido por todos o empenho na prossecução de assegurarmos o objetivo de prestarmos os serviços de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e encaminhamento de resíduos urbanos com qualidade, iniciamos em 2020 a implementação de um Sistema de Gestão Integrado, Qualidade, Ambiente e Segurança (SGI) com o seguinte âmbito: “O abastecimento público de água e serviços conexos, saneamento de águas residuais urbanas, drenagem e tratamento de águas residuais, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, recolha e tratamento de resíduos urbanos, a promoção e gestão de equipamentos coletivos, a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas e gestão urbana.”

O Sistema de Gestão Integrado assenta no cumprimento dos requisitos das Normas da Qualidade: ISO 9001, do Ambiente: ISO 14001 e da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho: ISO 45001.

A adoção pela Praia Ambiente, E.M. de um SGI constitui uma etapa essencial para o desenvolvimento e consolidação de uma Cultura de Excelência, orientada para a melhoria contínua dos serviços prestados, das condições de trabalho e do desempenho ambiental.

Foi definida a política da empresa, bem como, procedimentos de gestão, processos e modelos do sistema de gestão integrada.

1.6.1 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No decorrer de 2020, esta área procedeu, à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor, à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes departamentos operacionais da empresa, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas em toda a empresa, entre outras atividades.



1.6.1.1 INTERVENÇÕES - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano de 2020, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram acompanhadas as atividades de execução de ramal/rede de águas, manutenção de espaços verdes, acompanhamento das recolhas de Resíduos Urbanos, entre outros.

Em julho, foi realizada a manutenção dos extintores na sede da Praia Ambiente, E.M., instalações do Cabo da Praia, viaturas de recolha do Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos e nas Instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória.

Nos meses de janeiro e junho, foi realizada a manutenção dos sistemas de ar condicionado de todas as instalações da Praia Ambiente, E.M. e da ETAR.

De acordo com o Plano de Limpeza e Higienização, foram acompanhadas as atividades de limpeza de modo a estarem de acordo com o plano mencionado.

No decorrer de 2020, procedeu-se ao levantamento do tipo de sinalização temporária necessária para a realização de trabalhos na via pública.

Foram revistas as medidas preventivas no contexto da pandemia COVID-19, no âmbito do Plano de Contingência da Câmara Municipal da Praia da Vitória, e atualizada a avaliação de riscos do Manual de Segurança da Praia Ambiente, E.M.

1.6.1.2 SINISTRALIDADE LABORAL

Em 2020, registou-se um total de 6 acidentes de trabalho, dos quais 1 ocorreu no Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, 4 no Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos e 1 no Departamento Administrativo e Comercial.

[Handwritten signatures and initials]
RD

Quadro 17 – Características dos Acidentes de Trabalho 2020.

<i>DATA</i>	<i>DEP.</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>CONSEQUÊNCIA</i>	<i>DETALHE DA LESÃO</i>
16/01/2020	DGRU	Choque com objetos	Lesões Internas	Perna esquerda incluindo joelho
31/01/2020	DGRU	Piso Irregular	Entorse	Pé
17/07/2020	DGRH	Choque com objetos	Contusão	Perna e joelho direito
02/11/2020	DGRU	Contato com temperaturas extremas	Queimadura	Mão
24/11/2020	DAC	Queda ao mesmo nível	Entorse	Tornozelo Esquerdo
14/12/2020	DGRU	Contato com superfície cortante	Ferida/Golpe	Mão Direita

Legenda:

DGRU - Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos

DGRH - Departamento de Gestão de Recursos Hídricos

DAC - Departamento Administrativo e Comercial

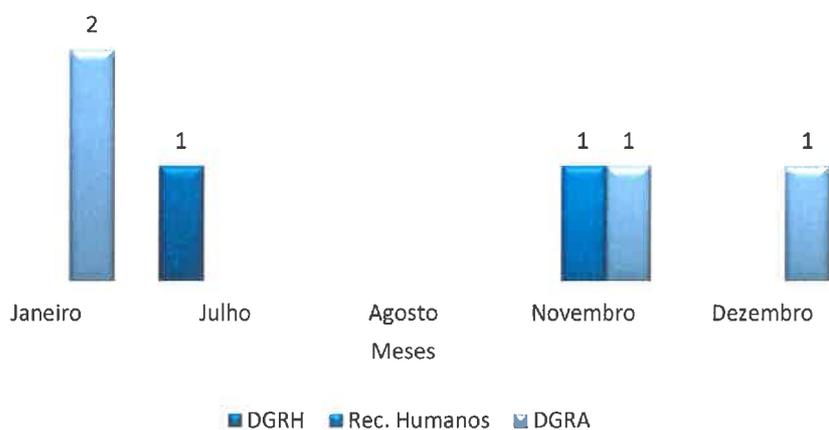


Gráfico 10 – Acidentes de Trabalho ocorridos no ano de 2020.

No gráfico abaixo, está representada a comparação da sinistralidade laboral entre 2019 e 2020. É possível verificar que os meses de janeiro e novembro foram os que registaram maior número de acidentes em 2020. No ano de 2019, o mês que registou maior número de acidentes de trabalho foi o mês de setembro, com um total de 2 acidentes.

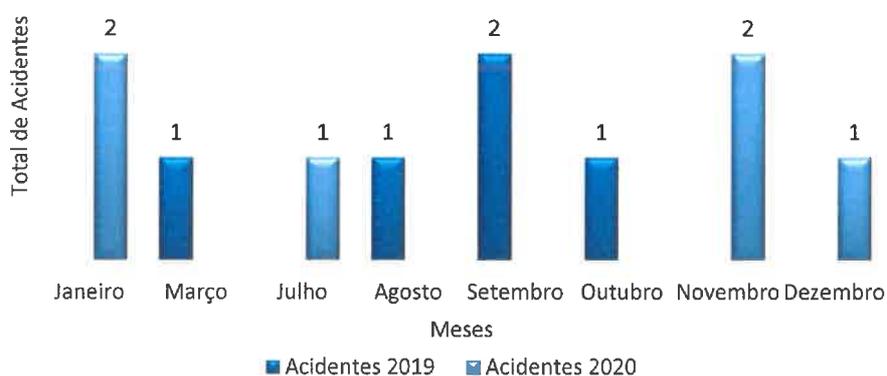


Gráfico 11 – Frequência do número de acidentes por mês em 2019 e 2020.

As faltas por incapacidade temporária relativas aos acidentes ocorridos totalizaram 66 dias, mais 12 do que no ano anterior.



Gráfico 12 – Dias Perdidos - Ano de 2019 e 2020.

1.6.1.3 MEDICINA DO TRABALHO

No ano de 2020, foi dada continuação ao processo de Medicina do Trabalho, tendo-se realizado 55 consultas e 53 exames complementares de diagnóstico, nomeadamente, análises clínicas, conforme planeadas.

Quadro 18 – Quantificação da atividade de Medicina do Trabalho.

<i>DEPARTAMENTO</i>	ANÁLISES	CONSULTAS
Área Administrativa e Financeira	9	9
Área Comercial	7	7
Estação Tratamento de Águas Residuais	4	4
Gestão de Recursos Hídricos	9	9
Gabinete de Estudos e Gestão da Qualidade	1	1
Gestão de Resíduos Urbanos	16	19
Gabinete de Estudos, Planeamento e Fiscalização	2	2
Gabinete Educação Ambiental	1	0
Gabinete Jurídico	1	1
Gabinete Auditoria Interna	2	2
Conselho de Administração	1	1

1.6.1.4 SENSIBILIZAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No decorrer de 2020, foram realizadas 3 ações de sensibilização sobre o Regulamento de Prevenção e Controlo de Alcoolémia no Departamento de Gestão de Recursos Urbanos, Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória.

RS

Regulamento de Prevenção e Controlo de Alcoolémia

O consumo de bebidas alcoólicas, além de prejudicar a saúde pode ser responsável por acidentes de trabalho, alterações psicológicas e perturbações na relação com outros trabalhadores.

Trabalhar sobre o efeito do álcool no sangue pode levar a falta de concentração, quedas, comportamentos violentos e conflitos laborais, influenciando negativamente a sua imagem no local de trabalho.

É indesejável e inadmissível que os trabalhadores prestem a sua atividade sob o efeito de álcool.

O regulamento de álcool visa sensibilizar, prevenir e controlar o consumo de álcool durante o horário de trabalho e é aplicável a todos os trabalhadores, que prestam serviços na Praia Ambiente, Empresa Municipal.

Cláusula 3ª - Controlo de Alcoolémia

O controlo de alcoolemia será efetuado com carácter aleatório entre os trabalhadores, bem como aqueles que iniciem o estado de embriaguez. Poderá ser realizado num determinado edifício ou trabalho em execução na via pública.

Na sequência de um acidente de viação o limite máximo de álcool no sangue é o considerado pela Polícia de Segurança Pública.



CONSUMO DE ÁLCOOL

Cláusula 5ª Considerações Gerais

NÃO é permitido o desempenho de qualquer trabalho sob o efeito de álcool.



Cláusula 6ª - Consequências

1. Caso seja apurada a presumida taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,50 g/l, o trabalhador será imediatamente impedido, pelo superior hierárquico de prestar serviço durante o restante período de trabalho diário, com a consequente perda da retribuição referente a tal período.
2. Em caso de teste positivo, será elaborada uma comunicação escrita, que será entregue ao superior hierárquico e Recursos Humanos, sendo uma cópia entregue ao trabalhador.

Cláusula 8ª - Medidas disciplinares e administrativas

1. Constitui infração disciplinar:
 - a. A apresentação ao trabalho ou a sua prestação com taxa de alcoolemia superior ao limite referido no nº2 da cláusula 5ª;
 - b. A recusa à sujeição ao teste de avaliação de alcoolemia;
 - c. A recusa à realização da análise de sangue para efeitos de contra-prova, nos casos em que o resultado do teste de controlo não seja aceite pelo trabalhador;
 - d. A transação, armazenamento ou consumo de bebidas alcoólicas nas instalações da Praia Ambiente (Cláusula 7ª).
3. Presume-se violação do dever de obediência, a recusa:
 - a. De sujeição ao teste previsto na cláusula 3ª, nº1;
 - b. Da instauração de processo disciplinar nos casos previstos no nº6 da presente cláusula;
6. A instauração do processo disciplinar é obrigatória em caso de reincidência, ou seja, segundo resultado positivo da TAS.

Cláusula 5ª Considerações Gerais

Considera-se estar sob o efeito do álcool o trabalhador que, submetido a exame de pesquisa de álcool no ar expirado, apresenta uma taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,50 g/l.

Cláusula 5ª - Considerações Gerais

6. A recusa à realização da avaliação de alcoolemia é considerada como um resultado positivo, violando o dever de obediência e implicará a instauração de procedimento disciplinar.

8. O trabalhador poderá requerer a assistência de uma testemunha, dispondo de 15 minutos para o efeito.

9. O trabalhador submetido ao teste tem direito à contra-prova.

10. Se o trabalhador, não aceitar com válida nenhuma das avaliações, será efetuada uma colheita de amostra de sangue a fim de ser submetida a análise por um laboratório externo.



Téc.ª MST
Marina Carreira

Figura 3 – Folheto de Sensibilização sobre o consumo de álcool.

Regista-se que em novembro e dezembro de 2020, foram iniciados os testes de controlo de alcoolémia, com recurso a equipamento de sopro adquirido pela Praia Ambiente, EM.

1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO

No âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, E.M., foram definidos objetivos estratégicos integrados para o setor, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

Os indicadores a monitorizar foram definidos tendo por base o sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para Portugal continental, uma vez que a ERSARA, à data da celebração do contrato de gestão delegada, ainda não havia definido para a região os indicadores da qualidade de serviço.

Em sede da primeira revisão quinquenal do contrato de gestão delegada, relativo ao período 2021-2025, serão tidos em conta os indicadores da qualidade de serviços definidos pela ERSARA.

No quadro abaixo são apresentados os resultados obtidos relativamente ao período em análise e as metas a atingir em 2020. Pode verificar-se que comparativamente a 2019, melhorámos nos seguintes indicadores: avarias em condutas e ocorrência de inundações. Os indicadores qualidade da água e reciclagem foram os indicadores que apresentaram um desempenho inferior ao ano anterior. Os restantes indicadores atingiram as mestas propostas tendo por base os valores de referência.



Quadro 19. Objetivos estratégicos da Praia Ambiente, E.M..

Objetivos Sectoriais	Valor Atingido 2019	Valor Atingido 2020	Valor Referência
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100%	100%	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Análises de água realizadas (%)	100%	100%	[98-100%]
Qualidade da água fornecida (%)	99,57%	97,86%	[95-100%]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,76	1,12	>0,9
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	100%	100%	[90-100%]
Capacidade da reserva de água tratada (dias)	1,99	1,99	[0,8-1,2]
Sustentabilidade operacional da entidade gestora			
Avarias em condutas (n.º/(100 km.ano))	14,39	12,15	[0-30]
SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100%	100%	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Ocorrência de inundações (n.º prop./100 km coletor/ano)	7,46	3,01	[0-0,5]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,15	0,91	>1,50
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Utilização das estações de tratamento (%)	70%	70%	[70-90]
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	100%	100%	[90-100]
Sustentabilidade ambiental			
Análises de águas residuais realizadas (%)	100 %	100%	100%
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100 %	100%	[80-100]
Destino final de lamas do tratamento (%)	100 %	100%	100%
SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS			
Defesa dos interesses dos utilizadores			
Acessibilidade de serviço aos utilizadores			
Cobertura do serviço (%)	100 %	100%	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores			
Resposta a reclamações escritas (%)	100 %	100%	[90-100]
Sustentabilidade da entidade gestora			
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora			
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	0,97	0,90	>1,00
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora			
Reciclagem (%)	17,30%	16,52%	50%

1.8 IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19

A Praia Ambiente, E.M., perante o cenário de Pandemia provocado pela COVID-19, declarado a 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e em linha com as diretrizes emanadas pelos Governos da República e da Região, pelas Direções Geral e Regional de Saúde e pela Câmara Municipal de Praia da Vitória a 12 de março, ativou o Plano de Contingência COVID-19 do Município da Praia da Vitória.

A 15 de março foram decretados os serviços mínimos para todo o universo municipal como medida preventiva de combate a disseminação da doença COVID-19, pelo que foi determinado o encerramento dos serviços da empresa, à exceção dos serviços indispensáveis para assegurar a prossecução das atribuições e competências essenciais.

A Praia Ambiente, E.M., considerando o facto de prestar um conjunto de serviços públicos essenciais, abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos, e tendo em conta as diretrizes referidas anteriormente e ainda as recomendações da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) no sentido de salvaguardar a saúde e bem-estar dos seus funcionários, adotou as seguintes medidas:

- Recurso ao teletrabalho, sempre que o mesmo for possível, mantendo-se os trabalhadores disponíveis durante o período normal de trabalho;
- Suspensão do atendimento presencial ao público, o qual passou a ser efetuado apenas por contacto telefónico e pelos canais online;
- Suspensão do serviço de leitura presencial dos instrumentos de medição e também a suspensão dos cortes por falta de pagamento, passando a ser prestados apenas os serviços considerados essenciais e/ou urgentes;
- Garantia da execução de todas as atividades consideradas essenciais e em que não foi possível o recurso ao teletrabalho através da implementação de medidas de rotatividade e/ou desfasamento dos horários dos funcionários, salvaguardando todas as medidas profiláticas aplicáveis segundo as orientações da Direção Geral de Saúde e Direção Regional de Saúde;



- Dispensa temporária dos trabalhadores que não prestavam funções em serviços identificados como críticos e que exerciam atividades em que não foi possível o recurso ao teletrabalho. Estes funcionários encontravam-se de reserva.

Durante este período foi realizado o reforço da recolha de resíduos urbanos indiferenciados em todo o concelho e o tratamento da água para consumo humano, de forma a salvaguardar a saúde pública e o bem-estar da população.

A 23 de março, a Câmara Municipal da Praia da Vitória aprovou um pacote de medidas excecionais de apoio às famílias e empresas do concelho, que vigoraram:

- durante o Estado de Emergência:

- Atribuição de um aumento de 50 por cento do vencimento aos trabalhadores na área dos resíduos;

- nos meses de abril, maio e junho:

- A redução de 50 por cento do valor da fatura da água das famílias;
- A isenção da tarifa de resíduos para as empresas do Concelho;

- até 31 de dezembro de 2020:

- Aplicação dos critérios da tarifa social aos agregados afetados pelo desemprego durante a pandemia;
- A isenção da tarifa de resíduos para o canal HORECA;
- A isenção da fatura da água para as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia do Concelho.

Os custos decorrentes da implementação do pacote de medidas de apoio às famílias e empresas teve por base um contrato-programa entre a Câmara Municipal e a Praia Ambiente, E.M.

Na sequência da aprovação das medidas de levantamento gradual das restrições em vigor na Região Autónoma dos Açores no âmbito da pandemia COVID-19, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2020, de 4 de maio foi ativado a 11 de maio o Plano de Regresso Faseado ao Trabalho Presencial da Praia Ambiente, E.M.. A 18 de maio procedeu-se à reabertura do espaço de atendimento ao público cumprindo todos os preceitos emanados pelas autoridades. O referido plano foi revisto a 31 de maio e a 30 de junho.

1.9 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa de 2020, bem como a comparação com o período homólogo em 2019.

1.9.1 ANÁLISE ECONÓMICA

1.9.1.1 GANHOS

A 31 de dezembro de 2020 os Ganhos Totais da Praia Ambiente, EM, ascenderam a **3 836 221,32 EUR** e registaram um acréscimo de **6%** face ao período homólogo, tendo como principal causa o aumento dos Subsídios à exploração.

Quadro 20. Evolução dos ganhos totais (EUR).

Rendimentos	31/12/2020	31/12/2019
Vendas e Serviços Prestados	3 201 178,24 €	3 435 066,96 €
Subsídios à Exploração	512 456,64 €	70 997,04 €
Aumento de justo valor	237,56 €	131,99 €
Outros Rendimentos e Ganhos	122 348,88 €	100 519,87 €
Total	3 836 221,32 €	3 606 715,86 €

O volume de negócios atingiu os **3 201 178,24 EUR**, diminuindo em **7%** por referência ao mesmo período de 2019.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente, E.M. nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:

Prestação de serviços	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilização de água	505 322,26 €	505 995,01 €
Consumo de água	1 340 441,85 €	1 384 144,33 €
Saneamento	297 740,82 €	295 030,15 €
Recolha de resíduos sólidos	905 461,69 €	910 433,42 €
Outros serviços	56 236,58 €	240 213,95 €
Resíduos para tratamento	95 975,04 €	99 250,10 €
Total	3 201 178,24 €	3 435 066,96 €

Quadro 21. Evolução da prestação de Serviços.

Verificou-se acréscimo na rubrica e “Saneamento” de **1%** respetivamente. Por outro lado, as rubricas, “Disponibilização de Água”, “Consumo de água”, “Recolha de Resíduos Sólidos”, “Outros serviços” e “Venda de Resíduos para Tratamento” tiveram respetivamente diminuições de **1%, 3%, 1%, 79% e 3%**.

1.9.1.2 GASTOS

A 31 de dezembro de 2020 os Gastos Totais, no montante de **3 820 917,29 EUR**, apresentaram a seguinte estrutura:

Quadro 22. Evolução dos gastos totais (EUR).

Custos	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas	21 029,21 €	18 650,66 €
Fornecimentos e serviços externos	1 139 750,16 €	1 173 971,56 €
Gastos com pessoal	1 769 104,84 €	1 575 595,63 €
Imparidade de dívidas a receber	662,33 €	0,00 €
Outros gastos	22 163,04 €	26 195,86 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	669 163,91 €	642 172,73 €
Juros e gastos similares suportados	199 043,80 €	170 873,59 €
Total	3 820 917,29 €	3 607 460,03 €

O aumento dos Gastos, em **6%** face ao mesmo período de 2019, é essencialmente suportado no aumento dos Custos com Pessoal **(+11%)**, em resultado da inserção de **2 novos colaboradores**,

da aplicação do **novo Acordo de Trabalho da Empresa**, que veio trazer um conjunto significativo de benefícios aos trabalhadores, nomeadamente ao nível das remunerações e com a aquisição de **novo vestuário e artigos pessoais** em 2020.

Na estrutura de gastos da Praia Ambiente, E.M., assume particular relevo a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com um peso de **36%** relativamente ao volume de negócios, e que em 2020 apresentam uma diminuição de **3%** face ao período homólogo:

Quadro 23. Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (EUR).

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2020	31/12/2019
Subcontratos - Aterro	222 918,98 €	213 724,03 €
Serviços especializados	180 003,84 €	183 637,41 €
Publicidade e propaganda	1 677,39 €	3 130,77 €
Vigilância e Segurança	1 715,81	396,15 €
Honorários	5 590,20 €	7 367,75 €
Comissões	1 439,47 €	3 033,99 €
Conservação e reparação equip. básico	135 816,87 €	133 953,76 €
Serviços bancários	35 572,74 €	27 241,29 €
Ferramentas e utensílios	78 082,30 €	117 577,14 €
Material de escritório	12 976,42 €	6 420,57 €
Artigos para oferta	1 092,10 €	1 759,15 €
Electricidade	236 991,09 €	223 126,55 €
Combustíveis - gasóleo	104 746,98 €	122 711,38 €
Combustíveis - gasolina	2 519,88 €	3 510,16 €
Óleos e lubrificantes	3 598,38 €	7 599,68 €
Produtos Limpeza veículos	2 986,55 €	5 997,14 €
Produtos tratamento águas	3 730,90 €	4 366,56 €
Deslocações e estadas	1 560,44 €	6 291,26 €
Transportes de mercadorias	3 126,39 €	1 512,86 €
Aluguer de máquinas	10 543,71 €	2 980,02 €
Comunicação - despesas postais	54 674,20 €	68 948,29 €
Comunicação - telefones	7 807,69 €	5 825,63 €
Comunicação - telemóveis	5 318,85 €	5 556,17 €
Seguros - ramo incêndio/ambiente	16 716,16 €	4 149,66 €
Seguros - viaturas	5 956,99 €	5 763,62 €
Contencioso e notariado	1 014,66 €	3 861,13 €
Despesas de representação	49,7	1 637,43 €
Limpeza higiene e conforto	1 521,47 €	1 892,01 €
Total	1 139 750,16 €	1 173 971,56 €

1.9.1.3 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2020 cifra-se em **12 144,69 EUR** positivos, fruto do aumento dos Resultados Operacionais, a qual foi impulsionada essencialmente pelo aumento dos Subsídios à exploração. O Resultado antes de impostos é influenciado pela rubrica de Juros e Gastos Similares Suportados, que apresenta um aumento de **14%** relativamente ao ano anterior, resultante da contração de um empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 24. Evolução da Demonstração de Resultados (EUR).

Demonstração de Resultados	31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	3 201 178,24 €	3 435 066,96 €
Subsídios à Exploração	512 456,64 €	70 997,04 €
Custo das mercadorias vendidas	-21 029,21 €	-18 650,66 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 139 750,16 €	-1 173 971,56 €
Gastos com pessoal	-1 769 104,84 €	-1 575 595,63 €
Imparidade de dívidas a receber	-662,33 €	12 378,16 €
Aumentos/reduções de justo valor	237,56 €	131,99 €
Outros rendimentos	122 348,88 €	100 519,87 €
Outros gastos	-22 163,04 €	-26 195,86 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	883 511,74 €	824 680,31 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-669 163,91 €	-642 172,73 €
Resultado Operacional	214 347,83 €	182 507,58 €
Juros e gastos similares suportados	-199 043,80 €	-170 873,59 €
Resultado antes de impostos	15 304,03 €	11 633,99 €
Imposto sobre o rendimento do período	-3 159,34 €	-2 657,27 €
Resultado líquido do período	12 144,69 €	8 976,72 €

1.9.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A 31 de dezembro de 2020, o ativo da Praia Ambiente, E.M., atingiu o montante de **10 597 753,18 EUR** e o capital próprio e o passivo eram de **4 130 327,92 EUR** e **6 467 425,26 EUR**, respetivamente.

Quadro 25. Evolução do Balanço (EUR).

Balanço	31/12/2020	31/12/2019
Ativos fixos tangíveis	9 580 940,55 €	9 283 114,92 €
Ativos intangíveis	656,25	731,25 €
Outros Investimentos financeiros	5 993,95 €	3 728,78 €
Ativos por impostos diferidos	3 401,86 €	3 401,86 €
Total do ativo não corrente	9 590 992,61 €	9 290 976,81 €
Inventários	33 240,78 €	40 314,06 €
Clientes	253 596,92 €	318 374,56 €
Estados e outros entes públicos	17 277,27 €	51 726,73 €
Outros créditos a receber	292 199,41 €	1 074 886,16 €
Diferimentos	1 285,07 €	3 497,74 €
Caixa e depósitos bancários	409 161,12 €	89 021,07 €
Total do ativo corrente	1 006 760,57 €	1 577 820,32 €
Total do ativo	10 597 753,18 €	10 868 797,13 €
Capital subscrito	1 878 348,22 €	1 878 348,22 €
Reservas legais	15 295,43 €	14 846,59 €
Outras reservas	5 814,81 €	5 814,81 €
Resultados transitados	217 997,84 €	209 469,96 €
Outras variações no capital próprio	2 000 726,93 €	2 074 329,17 €
Resultado líquido do período	12 144,69 €	8 976,72 €
Total do capital próprio	4 130 327,92 €	4 191 785,47 €
Financiamentos obtidos	4 806 003,79 €	4 910 640,69 €
Total do passivo não corrente	4 806 003,79 €	4 910 640,69 €
Fornecedores	129 412,69 €	388 943,10 €
Estados e outros entes públicos	41 835,81 €	41 794,15 €
Financiamentos obtidos	735 202,64 €	663 777,41 €
Outras dívidas a pagar	754 970,33 €	671 856,31 €
Total do passivo corrente	1 661 421,47 €	1 766 370,97 €
Total do passivo	6 467 425,26 €	6 677 011,66 €
Total do capital próprio e passivo	10 597 753,18 €	10 868 797,13 €

O ativo não corrente registou em 2020 um aumento de 3%, resultado dos investimentos realizados nesse ano. Os ativos correntes diminuíram 36% contribuindo para a diminuição da rubrica “Outras contas a receber”, contrabalançando com o aumento de “Caixa e depósitos bancários”.

As variações ocorridas quer no Passivo não corrente quer no Passivo corrente, em -2% e -6% respetivamente, justificam-se pelo esforço da redução no valor em dívida aos Fornecedores no decorrer do ano 2020.

1.9.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os prazos médios de recebimento/pagamento da empresa, espelhados no quadro seguinte, comparados com o período homólogo de 2019:

Quadro 26. Evolução dos prazos médios de recebimento/pagamento.

Prazo Médio de Recebimento	31/12/2020	31/12/2019
Cientes	253 596,09 €	318 374,56 €
Prestações de serviços	3 201 178,24 €	3 435 066,96 €
PMR	40 dias	44 dias

Prazo Médio de Pagamento	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	129 412,69 €	388 943,10 €
Fornecimentos e serviços externos	1 139 750,16 €	1 173 971,56 €
PMP	41 dias	121 dias

Em 2020 o prazo médio de recebimento da empresa foi de **40 dias** tendo registado uma variação positiva face a 2019.

Em 2020 o prazo médio de pagamento da empresa foi de **41 dias** tendo registado uma melhoria substancial face ao mesmo período de 2019.

1.9.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2021, continuando a prestar serviços de qualidade com uma crescente preocupação social e ambiental, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica e financeira. No entanto, o funcionamento e os resultados da empresa serão certamente afetados pelos constrangimentos sociais e económicos provocados pelo evoluir da pandemia do COVID19.

Perspetiva-se, para 2021, o início da implementação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança que visa garantir a qualidade do serviço e a satisfação dos clientes, a redução e a otimização dos custos, a melhoria das práticas ao nível ambiental, salvaguardando a segurança e a saúde dos trabalhadores, envolvendo os seus colaboradores na sua prossecução, com vista à melhoria contínua.

O ano de 2021 ficará certamente marcado pela finalização da empreitada de Execução do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal, e pela adjudicação da Empreitada de Execução do projeto de Adução e Abastecimento de Água ao Terceira *Tech Island*.

No âmbito da relação com o cliente, além do reforço das campanhas de sensibilização e educação ambiental junto da população escolar e população em geral, será lançada uma campanha de promoção de adesão à fatura eletrónica.

Na área da comunicação e da educação ambiental, serão realizados projetos e ações que visam o cumprimento das metas estabelecidas pela empresa e as imposições legais, as quais passam pela aposta na redução de resíduos enviados para aterro/inceneração, na melhoria da recolha seletiva de resíduos, quer em termos quantitativos quer qualitativos.

No plano de valorização profissional dos colaboradores, serão asseguradas ações de formação nas diferentes áreas de atividade.

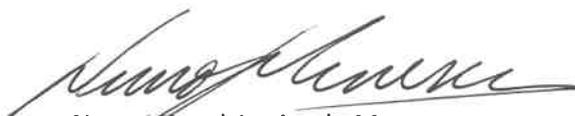
Praia da Vitória, 30 de março de 2021,

O Conselho de Administração



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Presidente



Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Administrador Executivo



Raquel Lemos Borges

Administradora não Executiva

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2020.

O Contabilista Certificado,



Cesário Meneses

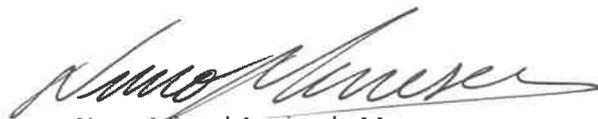
CC Nº 82359

O Conselho de Administração



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Presidente



Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Administrador Executivo



Raquel Lemos Borges

Administradora Não Executiva

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	9 580 940,55	9 283 114,92
Ativos intangíveis	6	656,25	731,25
Outros investimentos financeiros	10	5 993,95	3 728,78
Ativos por impostos diferidos	10	3 401,86	3 401,86
Total do ativo não corrente		9 590 992,61	9 290 976,81
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9	33 240,78	40 314,06
Clientes	10	253 596,92	318 374,56
Estado e outros entes públicos	15	17 277,27	51 726,73
Outros créditos a receber	10	292 199,41	1 074 886,16
Diferimentos	11	1 285,07	3 497,74
Caixa e depósitos bancários	5	409 161,12	89 021,07
Total do ativo corrente		1 006 760,57	1 577 820,32
Total do ativo		10 597 753,18	10 868 797,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 878 348,22	1 878 348,22
Reservas legais	12	15 295,43	14 846,59
Outras reservas	12	5 814,81	5 814,81
Resultados transitados	12	217 997,84	209 469,96
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	12	2 000 726,93	2 074 329,17
Resultado líquido do período	12	4 118 183,23	4 182 808,75
Total do capital próprio		4 130 327,92	4 191 785,47
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	13	4 806 003,79	4 910 640,69
Total do passivo não corrente		4 806 003,79	4 910 640,69
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	129 412,69	388 943,10
Estado e outros entes públicos	15	41 835,81	41 794,15
Financiamentos obtidos	13	735 202,64	663 777,41
Outras dívidas a pagar	14	754 970,33	671 856,31
Total do passivo corrente		1 661 421,47	1 766 370,97
Total do passivo		6 467 425,26	6 677 011,66
Total do capital próprio e do passivo		10 597 753,18	10 868 797,13

O anexo faz parte integrante deste balanço.

Praia da Vitória, 26 de março de 2021

O Contabilista Certificado



CC Nº 82359

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	16	3 201 178,24	3 435 066,96
Subsídios à exploração	16	512 456,64	70 997,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-21 029,21	-18 650,66
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 139 750,16	-1 173 971,56
Gastos com o pessoal	18	-1 769 104,84	-1 575 595,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	-662,33	12 378,16
Aumentos/reduções de justo valor	16	237,56	131,99
Outros rendimentos	16	122 348,88	100 519,87
Outros gastos	20	-22 163,04	-26 195,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		883 511,74	824 680,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-669 163,91	-642 172,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		214 347,83	182 507,58
Juros e gastos similares suportados	21	-199 043,80	-170 873,59
Resultado antes de impostos		15 304,03	11 633,99
Imposto sobre o rendimento do período	8	-3 159,34	-2 657,27
Resultado líquido do período		12 144,69	8 976,72

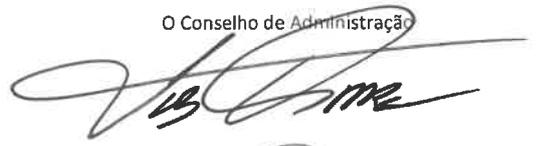
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Praia da Vitória, 26 de março de 2021

O Contabilista Certificado


CC Nº 82359

O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	
Posição no início do período 2019	12	1 878 348,22	12 523,01	5 814,81	165 322,00	935 983,42	46 471,54	3 044 463,00
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	12	0,00	0,00	0,00	1 549 563,08	0,00	0,00	1 549 563,08
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12	0,00	2 323,58	0,00	44 147,96	-411 217,33	-49 570,07	-414 315,86
		<u>0,00</u>	<u>2 323,58</u>	<u>0,00</u>	<u>44 147,96</u>	<u>1 138 345,75</u>	<u>-49 570,07</u>	<u>1 135 247,22</u>
Resultado líquido do período	12					8 976,72	8 976,72	
Resultado integral						<u>-40 593,35</u>	<u>1 144 223,94</u>	
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2019		<u>1 878 348,22</u>	<u>14 846,59</u>	<u>5 814,81</u>	<u>209 469,96</u>	<u>2 074 329,17</u>	<u>8 976,72</u>	<u>4 191 785,47</u>

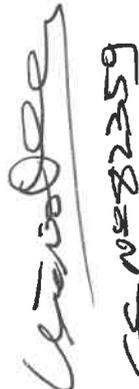
NO PERÍODO 2020

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
12	1 878 348,22	14 846,59	5 814,81	209 469,96	2 074 329,17	8 976,72	4 191 785,47
12	0,00	0,00	0,00	0,00	18 098,04	0,00	18 098,04
12	0,00	448,84	0,00	8 527,88	-91 700,28	-49 570,07	-132 293,63
	0,00	448,84	0,00	8 527,88	-73 602,24	-49 570,07	-114 195,59
12						12 144,69	12 144,69
						-37 425,38	-102 050,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 878 348,22	15 295,43	5 814,81	217 997,84	2 000 726,93	12 144,69	4 130 327,92

Praia da Vitória, 26 de março de 2021

O Contabilista Certificado



CC. Nº 82359

O Governador de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	10	3 024 273,88	3 519 891,82
Pagamentos a fornecedores	13	-1 629 605,67	-1 470 630,08
Pagamentos ao pessoal	18	-1 126 962,21	-1 050 898,81
Caixa gerada pelas operações		267 706,00	998 362,93
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	8	6 453,74	-1 548,29
Outros recebimentos / pagamentos	10	75 406,38	-93 693,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		349 566,12	903 121,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	-625 322,28	-2 849 701,73
Outros ativos		0,00	0,00
		-625 322,28	-2 849 701,73
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	12	814 499,02	249 529,70
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
		814 499,02	249 529,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		189 176,74	-2 600 172,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13	840 000,00	2 375 000,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		840 000,00	2 375 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	-859 559,01	-841 578,90
Juros e gastos similares	21	-199 043,80	-170 871,59
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-1 058 602,81	-1 012 450,49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		-218 602,81	1 362 549,51
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		320 140,05	-334 500,89
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		89 021,07	423 521,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		409 161,12	89 021,07

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

Praia da Vitória, 26 de março de 2021

O Contabista Certificado


CC Nº 82359

O Conselho de Administração



(Montantes expressos em euros)

Anexo

(Montantes expressos em euros)

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2020.

ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos intangíveis
7. Ativos fixos tangíveis
8. Impostos sobre o rendimento
9. Inventários
10. Ativos financeiros
11. Diferimentos
12. Instrumentos de capital próprio
13. Passivos financeiros
14. Outras dívidas a pagar
15. Estado e outros entes públicos
16. Rédito
17. Fornecimentos e serviços externos
18. Gastos com pessoal
19. Depreciações
20. Outros gastos
21. Juros e outros gastos similares
22. Partes relacionadas
23. Divulgações exigidas por diplomas legais
24. Divulgações adicionais
25. Matérias ambientais
26. Acontecimentos após a data do balanço

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal que tem como principal objeto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, nº. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de dezembro;

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

(Montantes expressos em euros)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(Montantes expressos em euros)

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	–
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

(Montantes expressos em euros)

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

(Montantes expressos em euros)

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



(Montantes expressos em euros)

4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 detalha-se conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerário	2 398,58	4 231,33
Depósitos bancários	<u>406 762,54</u>	<u>84 789,74</u>
	409 161,12	89 021,07

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2020 o saldo nos ativos fixos intangíveis é de 656,25€ relativos a um direito de superfície de um terreno que está a ser depreciado à taxa de 10% ao ano, em 2019 o saldo era de 731,25€.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)

31-12-2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	818 316,88	9 782 680,14	2 434 516,67	180 471,93	123 272,99	57 292,86	809 297,29	14 205 848,76
Aquisições	50 000,00	150 000,00	56 094,26	31 218,21	8 755,57		670 846,50	966 914,54
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	868 316,88	9 932 680,14	2 490 610,93	211 690,14	132 028,56	57 292,86	1 480 143,79	15 172 763,30
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		2 495 251,70	2 099 335,27	161 158,86	118 901,30	48 086,71		4 922 733,84
Depreciações do exercício		527 139,49	117 228,77	15 900,19	4 839,41	3 981,05		669 088,91
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		3 022 391,19	2 216 564,04	177 059,05	123 740,71	52 067,76		5 591 822,75
Activos líquidos	868 316,88	6 910 288,95	2 274 046,89	34 631,09	8 287,85	5 225,10	1 480 143,79	9 580 940,55

31-12-2019

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	366 152,88	7 944 529,78	2 276 176,13	180 471,93	123 272,99	57 292,86		10 947 896,57
Aquisições	452 164,00	1 838 150,36	158 340,54				809 297,29	3 257 952,19
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	818 316,88	9 782 680,14	2 434 516,67	180 471,93	123 272,99	57 292,86	809 297,29	14 205 848,76
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		1 991 460,94	1 980 368,75	151 502,31	113 508,21	43 739,65		4 280 579,86
Depreciações do exercício		503 790,76	118 966,52	9 656,55	5 393,09	4 347,06		642 153,98
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		2 495 251,70	2 099 335,27	161 158,86	118 901,30	48 086,71		4 922 733,84
Activos líquidos	818 316,88	7 287 428,44	335 181,40	19 313,07	4 371,69	9 206,15	809 297,29	9 283 114,92

(Montantes expressos em euros)

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes de impostos	15 304,03	11 633,99
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto		
Multas e coimas	315,69	76,86
Menos-valias contabilísticas		
Gastos exercícios anteriores		9,60
Outros gastos não aceites		
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>15 619,72</u>	<u>11 720,45</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%		
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	2 624,11	1 969,04
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	234,30	175,81
Tributações autónomas	300,93	512,42
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>3 159,34</u>	<u>2 657,27</u>
Taxa efectiva	21%	23%

(Montantes expressos em euros)

9 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contadores	6 723,05	8 849,44
Material diverso	<u>26 517,73</u>	<u>31 464,62</u>
	<u>33 240,78</u>	<u>40 314,06</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2020 e de dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	MP, subsid.	MP, subsid.
	<u>consumo</u>	<u>consumo</u>
Saldo inicial	40 314,06	34 518,65
Compras	24 327,29	43 065,85
Regularizações	-10 371,36	-18 619,78
Saldo final	<u>-33 240,78</u>	<u>-40 314,06</u>
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	<u>21 029,21</u>	<u>18 650,66</u>

10 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado de 5.993,95€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

A rubrica **Ativos por impostos diferidos** reflete o valor acumulado de 3.401,86€ que é a quantia de imposto sobre o rendimento recuperável em períodos futuros respeitantes a reporte de perdas fiscais não utilizadas.

Clientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

(Montantes expressos em euros)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	<u>352 596,09</u>	<u>98 999,17</u>	<u>253 596,92</u>	<u>416 711,40</u>	<u>98 336,84</u>	<u>318 374,56</u>
Outros créditos a receber	<u>292 199,41</u>	<u>0,00</u>	<u>292 199,41</u>	<u>1 074 886,16</u>	<u>0,00</u>	<u>1 074 886,16</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	45 286,32	0,00	45 286,32	11 635,61	0,00	11 635,61
Devedores diversos	<u>246 913,09</u>	<u>0,00</u>	<u>246 913,09</u>	<u>1 063 250,55</u>	<u>0,00</u>	<u>1 063 250,55</u>
	<u>644 795,50</u>	<u>98 999,17</u>	<u>545 796,33</u>	<u>1 491 597,56</u>	<u>98 336,84</u>	<u>1 393 260,72</u>

Dos 98.999,17€ de imparidade acumulada, constam 662,33€ de perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano.

11 DIFERIMENTOS

O valor de 1.285,07€ no Ativo representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2020 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€

No decurso do exercício de 2020, o resultado líquido do exercício de 2019 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	448,84
Resultados transitados	<u>8 527,88</u>
	<u><u>8 976,72</u></u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 217.997,84€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas.

O valor de 2.000.726,93€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento participados por fundos comunitários.

(Montantes expressos em euros)

13 PASSIVOS FINANCEIROS

13.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	31/12/2020			31/12/2019			Vencimento
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado		
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	
SANTANDER	1 500 000,00	84 636,48	465 500,56	1 500 000,00	84 636,36	550 137,16	2027
NB	250 000,00	26 368,24	61 981,08	250 000,00	24 395,84	88 349,32	2024
SANTANDER	725 000,00	40 622,13	377 665,15	725 000,00	39 447,96	418 440,41	2030
CCAM	856 802,60	100 961,39	152 600,12	856 802,60	95 517,70	253 650,54	2023
BPG	1 000 000,00	86 956,56	347 825,80	1 000 000,00	86 956,56	434 782,36	2025
CEMAH	200 000,00	12 866,40	121 998,09	200 000,00	12 542,42	134 850,59	2030
NB	800 000,00	86 791,78	453 370,65	800 000,00	58 640,34	518 672,05	2023
BPG	800 000,00	97 959,24	383 672,23	800 000,00	97 959,24	481 632,47	2025
SANTANDER	150 000,00	30 037,66	55 688,86	150 000,00	29 801,38	85 726,57	2023
NB	2 100 000,00	113 721,52	1 830 232,38	2 100 000,00	110 476,84	1 944 399,22	2034
CCAM	600 000,00	44 531,13	555 468,87				
NB	conta ordem	9 750,11		conta ordem	23 402,77		
		8 981 802,60	4 806 003,79		8 381 802,60	4 910 640,69	

13.2 Fornecedores

O valor de 129.412,69€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, este valor teve uma diminuição de 67% em comparação com o valor a 31/12/2019.

14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 a rubrica, "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos/Adiantamentos	93 686,85	41 174,47
Credores por acréscimos de gastos	217 103,61	168 329,16
Credores diversos	444 179,87	462 352,68
	754 970,33	671 856,31

(Montantes expressos em euros)

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta		-1 872,00	9 111,00	
Estimativa de imposto		3 159,34		2 657,27
Retenção na fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		7 541,80		7 270,70
Imposto sobre o valor acrescentado	17 277,27		42 287,64	
Contribuições para a Segurança Social		33 006,67	328,09	31 866,18
Outros impostos				
	<u>17 277,27</u>	<u>41 835,81</u>	<u>51 726,73</u>	<u>41 794,15</u>

16 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Prestação de serviços	<u>3 201 178,24</u>	<u>3 435 066,96</u>
Disponibilização de água	505 818,36	506 327,28
Consumo de água	1 462 577,60	1 403 341,31
Saneamento	301 053,21	297 123,60
Recolha de resíduos sólidos	909 488,10	912 690,73
Outros serviços	79 308,30	250 774,49
Resíduos para tratamento	95 975,04	99 250,10
Descontos e abatimentos	-153 042,37	-34 440,55
Subsídios à exploração	<u>512 456,64</u>	<u>70 997,04</u>
Protocolo Fundo Ambiental	58 000,00	56 861,43
Protocolo Limpeza Urbana CMPV	175 000,00	0,00
Contrato Programa Covid19 CMPV	276 972,81	0,00
Outros	2 483,83	14 135,61
Ganhos por aumento de justo valor	<u>237,56</u>	<u>131,99</u>
Outros rendimentos	<u>122 348,88</u>	<u>100 519,87</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	2 190,57	7 367,05
Imputação de subsídios para investimento	91 700,28	91 700,28
Rendas/Outros	<u>28 458,03</u>	<u>1 452,54</u>
	<u>3 836 221,32</u>	<u>3 606 715,86</u>

(Montantes expressos em euros)

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Subcontratos	222 918,98	213 724,03
Trabalhos especializados	180 003,84	183 637,41
Publicidade e propaganda	1 677,39	3 130,77
Honorários	5 590,20	7 367,75
Comissões	1 439,47	3 033,99
Conservação e reparação	135 816,87	133 953,76
Serviços bancários	35 572,74	27 241,29
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	78 082,30	117 577,14
Material de escritório	12 976,42	6 420,57
Electricidade	236 991,09	223 126,55
Combustíveis	107 266,86	126 221,54
Oleos e lubrificantes	3 598,38	7 599,68
Produtos limpeza de veículos	2 986,55	5 997,14
Produtos tratamento de águas	3 730,90	4 366,56
Deslocações e estadas	1 560,44	6 291,26
Transportes de mercadorias	3 126,39	1 512,86
Rendas e alugueres	10 543,71	2 980,02
Comunicação	67 800,74	80 330,09
Seguros	22 673,15	9 913,28
Limpeza, higiene e conforto	1 521,47	1 892,01
Outros	3 872,27	7 653,86
	<u>1 139 750,16</u>	<u>1 173 971,56</u>

18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remunerações dos órgãos sociais	24 985,06	38 481,42
Remunerações do pessoal	1 389 509,08	1 221 182,49
Encargos sobre remunerações	299 283,64	263 841,96
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	12 213,05	13 370,76
Outros	43 114,01	38 719,00
	<u>1 769 104,84</u>	<u>1 575 595,63</u>

A 31 de dezembro de 2020 o número de funcionários é de 91, enquanto que a 31 de dezembro de 2019 era de 89.

(Montantes expressos em euros)

19 DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de depreciação” nos exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 é conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depreciações de edificios e outras construções	527 139,49	503 790,76
Depreciações de equipamento básico	117 228,77	118 966,52
Depreciações de equipamento de transporte	15 900,19	9 656,55
Depreciações de equipamento administrativo	4 839,41	5 393,09
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	3 981,05	4 347,06
Depreciações de ativos intangíveis	75,00	18,75
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	<u>669 163,91</u>	<u>642 172,73</u>

20 OUTROS GASTOS

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos	20 740,24	26 023,24
Outros	1 422,80	172,62
	<u>22 163,04</u>	<u>26 195,86</u>

21 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2020 e em dezembro de 2019 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	199 043,80	170 871,59
Outros financiamentos	0,00	2,00
Gastos de financiamento	<u>199 043,80</u>	<u>170 873,59</u>
	<u>199 043,80</u>	<u>170 873,59</u>

(Montantes expressos em euros)

22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

Saldos e fluxos financeiros entre as partes

	2020				2019			
	Saldo em	Obrigações	Pagamentos	Saldo em	Saldo em	Obrigações	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2019	constituídas	no exercício	31/12/2020	31/12/2018	constituídas	no exercício	31/12/2019
Relações comerciais CMPV/Praia Ambiente	12 923,15	63 196,17	60 291,51	15 827,81	86 773,09	58 249,05	132 098,99	12 923,15
	12 923,15	63 196,17	60 291,51	15 827,81	86 773,09	58 249,05	132 098,99	12 923,15

23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2020, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2020, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

24 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF foi de 6.962,04€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

25 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

(Montantes expressos em euros)

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade está a acompanhar a grande situação sanitária resultante da pandemia associada à Covid-19, tanto a nível nacional, como a nível global, tendo já recorrido à utilização das medidas que se julgaram como as mais convenientes e adequadas para a ultrapassagem dos constrangimentos já colocados à sua atividade.

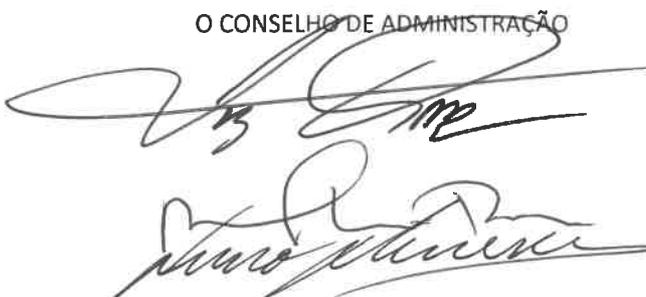
A Administração continua vigilante à evolução do surto pandémico e do seu impacto tanto na sua atividade, como na dos seus parceiros, estando igualmente atenta às medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo, mantendo a melhor atenção a todas as implicações e disponibilizando toda a informação necessária.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CC Nº 82359

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
Praia Ambiente, E.M.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Ambiente, E.M. (a Entidade), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do período findo em 2020 preparado pela Administração da Entidade e da proposta nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 2 de abril de 2021


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC n.º 881

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Praia Ambiente, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 10.597.753,18 euros e um total de capital próprio de 4.130.327,92 euros, incluindo um resultado líquido de 12.144,69 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Praia Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

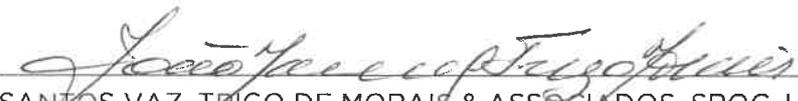
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 2 de abril de 2021


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

